DECRETO Nº [XXXX], DE [DATA]

"Dispõe sobre a concessão de moradias definitivas às famílias atualmente inseridas no programa de Aluguel Social, em virtude Ação Civil Pública nº 4261-52.2019.8.16.0153. Dano Ambiental. Retirada de famílias de área de risco. Ministério Público, e dá outras providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PLATINA, no uso das atribuições que lhe confere o Art. [XXX] da Lei Orgânica Municipal, e considerando a necessidade de realocar de forma definitiva as famílias afetadas por ordem judicial de desocupação de áreas de risco, decreta:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica regulamentada a concessão de moradias definitivas às famílias atualmente inseridas no programa de Aluguel Social, em decorrência de Ação Civil Pública nº 4261-52.2019.8.16.0153 que determinou a retirada de suas residências situadas em áreas de risco no Município de Santo Antônio da Platina.

Art. 2º O presente Decreto regulamenta o processo de realocação e a entrega de unidades habitacionais adquiridas e construídas pelo Município, visando à substituição do benefício de Aluquel Social por moradias permanentes.

CAPÍTULO II - DOS IMÓVEIS DISPONÍVEIS

Art. 3º O Município de Santo Antônio da Platina está adquirindo um total de 14 unidades habitacionais, sendo 5 imóveis prontos e 9 em fase de construção.

Art. 4º O número total de famílias a serem atendidas com moradias definitivas é de 21, das quais 14 serão contempladas de forma inicial, respeitando critérios de prioridade e sorteio, conforme estabelecido nos artigos subseqüentes.

CAPÍTULO III - DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E PRIORIDADE

Art. 5º As moradias serão concedidas exclusivamente às famílias que:

- Estejam atualmente inseridas no programa de Aluguel Social do Município de Santo Antônio da Platina em virtude de ordem judicial de desocupação de área de risco;
- II. Atendam aos critérios de vulnerabilidade socioeconômica estabelecidos pelo Município;
- III. Não possuam outro imóvel em seu nome.

Art. 6º Para o processo de concessão das moradias será observada a seguinte ordem de prioridade:

- I. Famílias com pessoas com deficiência;
- II. Idosos (60 anos ou mais) como responsáveis pelo núcleo familiar;

- III. Famílias com crianças ou adolescentes em situação de vulnerabilidade;
- IV. Mulheres chefes de família;
- V. Famílias com membros em tratamento de saúde contínuo e/ou grave.

CAPÍTULO IV - DO SORTEIO E PROCEDIMENTOS

- **Art. 7º** Considerando o número inicial de imóveis disponíveis (14 unidades), será realizado um sorteio público para definir as famílias a serem contempladas, garantindo a transparência e equidade no processo.
- **Art. 8º** O sorteio será realizado sob supervisão de representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social, da Procuradoria do Município, e de membros da comunidade, e observará as seguintes etapas:
 - I. Sorteio inicial para famílias que se enquadrem nos critérios de prioridade descritos no Art. 6°;
 - II. Sorteio subseqüente para as demais famílias, respeitando-se o número de unidades disponíveis.
- **Art. 9º** As famílias não contempladas no sorteio inicial permanecerão no programa de Aluguel Social até que sejam finalizadas as unidades habitacionais restantes, sendo novamente incluídas em sorteio assim que os imóveis estiverem prontos para entrega.

CAPÍTULO V - DA FORMALIZAÇÃO E DESTINAÇÃO DAS MORADIAS

- **Art. 10º** A concessão das moradias será formalizada por meio de Termo de Transferência de Propriedade, conforme a modalidade escolhida pelo Município, com a devida supervisão jurídica.
- **Art. 11º** As unidades habitacionais concedidas são destinadas exclusivamente para uso residencial das famílias contempladas, sendo vedada a comercialização, aluguel ou cessão a terceiros.
- **Art. 12º** O descumprimento das condições estabelecidas neste Decreto implicará na revogação do benefício e retomada do imóvel pelo Município.

CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- **Art. 13º** O presente Decreto será regulamentado por meio de instruções normativas expedidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, que definirá os procedimentos complementares para a execução do Programa.
- **Art. 14º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.



Processo Digital Comprovante de Abertura do Processo

COMPROVANTE DE ABERTURA

Processo: N° 4245/2025 Cód. Verificador: PLQ0UYK6

Requerente: 124010 - MARIANE UTIDA AUDI

CPF/CNPJ: 043.804.399-50

Endereço: RUA ALTEVIR ANTÔNIO FOGAÇA Nº 470 CEP:86.430-000

Cidade: Santo Antônio da Platina Estado:PR

Bairro: CENTRO

Fone Res.: Não Informado Fone Cel.: (43) 99918-1287

E-mail: marianeaudi@hotmail.com

Assunto: SOLICITAÇÃO PARA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

 Subassunto:
 SOLICITAÇÃO

 Data de Abertura:
 04/02/2025 09:36

 Previsão:
 14/02/2025

Documentos do Processo				
Outros Documentos				
Descrição	Entregue	Anexo		
		DECRETO Nº Concessão Unid Hab Aluguel Social.docx		
Quantidade de Documentos:	0	Quantidade de Documentos Entregues: 0		

Observação

Prezada Secretária,

Encaminho, para análise e apreciação, o esboço do Decreto que visa regulamentar a concessão dos imóveis adquiridos e/ou construídos pelo Município com a finalidade de atender às famílias beneficiadas pelo programa de Aluguel Social.

O presente documento tem como objetivo estabelecer critérios claros e diretrizes normativas para a destinação desses imóveis, assegurando a correta aplicação dos recursos públicos e a efetividade das políticas habitacionais voltadas à população em situação de vulnerabilidade.

Coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos e ajustes que se fizerem necessários.

MARIANE UTIDA AUDI	_	MARIANE UTIDA AUDI
Requerente		Funcionário(a)
	Recebido	•

DECRETO Nº [XXXX], DE [DATA]

"Dispõe sobre a concessão de moradias definitivas às famílias atualmente inseridas no programa de Aluguel Social, em virtude Ação Civil Pública nº 4261-52.2019.8.16.0153. Dano Ambiental. Retirada de famílias de área de risco. Ministério Público, e dá outras providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PLATINA, no uso das atribuições que lhe confere o Art. [XXX] da Lei Orgânica Municipal, e considerando a necessidade de realocar de forma definitiva as famílias afetadas por ordem judicial de desocupação de áreas de risco, decreta:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica regulamentada a concessão de moradias definitivas às famílias atualmente inseridas no programa de Aluguel Social, em decorrência de Ação Civil Pública nº 4261-52.2019.8.16.0153 que determinou a retirada de suas residências situadas em áreas de risco no Município de Santo Antônio da Platina.

Art. 2º O presente Decreto regulamenta o processo de realocação e a entrega de unidades habitacionais adquiridas e construídas pelo Município, visando à substituição do benefício de Aluquel Social por moradias permanentes.

CAPÍTULO II - DOS IMÓVEIS DISPONÍVEIS

Art. 3º O Município de Santo Antônio da Platina está adquirindo um total de 14 unidades habitacionais, sendo 9 imóveis prontos e 5 em fase de construção.

Art. 4º O número total de famílias a serem atendidas com moradias definitivas é de 20, das quais 14 serão contempladas de forma inicial, respeitando critérios de prioridade e sorteio, conforme estabelecido nos artigos subseqüentes.

CAPÍTULO III - DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E PRIORIDADE

Art. 5º As moradias serão concedidas exclusivamente às famílias que:

- Estejam atualmente inseridas no programa de Aluguel Social do Município de Santo Antônio da Platina em virtude de ordem judicial de desocupação de área de risco;
- II. Atendam aos critérios de vulnerabilidade socioeconômica estabelecidos pelo Município;
- III. III. Não possuam outro imóvel em seu nome.

Art. 6º Para o processo de concessão das moradias será observada a seguinte ordem de prioridade:

- I. Famílias com pessoas com deficiência;
- II. Idosos (60 anos ou mais) como responsáveis pelo núcleo familiar;
- III. Famílias com crianças ou adolescentes em situação de vulnerabilidade;

- IV. Mulheres chefes de família:
- V. Famílias com membros em tratamento de saúde contínuo e/ou grave.

CAPÍTULO IV - DO SORTEIO E PROCEDIMENTOS

- **Art. 7º** Considerando o número inicial de imóveis disponíveis (14 unidades), será realizado um sorteio público para definir as famílias a serem contempladas, garantindo a transparência e equidade no processo.
- **Art. 8º** O sorteio será realizado sob supervisão de representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social, da Procuradoria do Município, e de membros da comunidade, e observará as seguintes etapas:
 - I. Sorteio inicial para famílias que se enquadrem nos critérios de prioridade descritos no Art. 6°:
 - II. Sorteio subseqüente para as demais famílias, respeitando-se o número de unidades disponíveis.
- **Art. 9º** As famílias não contempladas no sorteio inicial permanecerão no programa de Aluguel Social até que sejam finalizadas as unidades habitacionais restantes, sendo novamente incluídas em sorteio assim que os imóveis estiverem prontos para entrega.

CAPÍTULO V - DA FORMALIZAÇÃO E DESTINAÇÃO DAS MORADIAS

- **Art. 10º** A concessão das moradias será formalizada por meio de Termo de Transferência de Propriedade, conforme a modalidade escolhida pelo Município, com a devida supervisão jurídica.
- **Art. 11º** As unidades habitacionais concedidas são destinadas exclusivamente para uso residencial das famílias contempladas, sendo vedada a comercialização, aluguel ou cessão a terceiros.
- **Art. 12º** O descumprimento das condições estabelecidas neste Decreto implicará na revogação do benefício e retomada do imóvel pelo Município.

CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- **Art. 13º** O presente Decreto será regulamentado por meio de instruções normativas expedidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, que definirá os procedimentos complementares para a execução do Programa.
- **Art. 14º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.



PARECER JURÍDICO Nº 0217/2025

Processo nº 4245/2025, de 04/02/2025

Requerente: Mariane Utida Audi - Assistência Social do Município

Assunto: Minuta de decreto que regulamentar concessão de imóveis aos beneficiários de

aluguel social decorrente

Interessado: Secretaria Municipal de Assistência Social

RELATÓRIO

Trata-se de encaminhamento contido no Processo Digital nº 4245/2025, por meio do qual a Assistente Social do Município, Sra. Mariane Utida Audi, apresenta minuta de decreto com objetivo de regulamentar a concessão dos imóveis adquiridos e/ou construídos pelo Município para atender às famílias beneficiadas pelo programa de Aluguel Social. Esclarece que a finalidade do decreto é estabelecer critérios claros e diretrizes normativas para a destinação desses imóveis, assegurando a correta aplicação dos recursos públicos e a efetividade das políticas habitacionais voltadas à população em situação de vulnerabilidade.

Após a Secretaria Municipal de Assistência Social ter tomado ciência do documento fez remessa ao Prefeito Municipal para prosseguimento, que por sua vez encaminhou o processo a Procuradoria Jurídica para análise de legalidade.

É o relatório

FUNDAMENTAÇÃO

Preliminarmente, cumpre registrar que a presente análise restringe-se aos aspectos da legalidade do caso ora em apreciação, eis que a conveniência ou interesse da Administração em adotá-la, não é assunto afeto a este exame, porquanto refoge ao âmbito da competência deste Órgão Jurídico.

De início, cabe dizer que o Código Civil em seu artigo 99 classifica os bens públicos da seguinte forma:

Artigo. 99, do Código Civil - São bens públicos:

I - os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças;

II - os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias;

III - os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.

Na mesma senda é a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 11:





Artigo 11, da Lei Orgânica Municipal — Os bens públicos municipais podem ser:

I-de uso comum do povo, tais como estradas municipais, ruas, parques, praças, logradouros públicos e outros da mesma espécie;

II – de uso especial, os do patrimônio administrativo, destinados à Administração, tais como edifícios das repartições públicas, os terrenos e equipamentos destinados ao serviço público, veículos, matadouros, mercados e outras serventias da mesma espécie;

II – bens dominiais, aqueles sobre os quais o Município exerce o direito de proprietário, e são considerados como bens patrimoniais disponíveis.

No que concerne à alienação de bens públicos, o artigo 100 e 101 do Código Civil fazem a seguinte previsão:

Artigo 100, do Código Civil - Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.

Artigo 101, do Código Civil - Os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei.

Portanto, os bens de uso comum do povo e os de uso especial não poderão ser alienados enquanto conservarem essa condição, ou seja, estejam destinados a um determinado fim de interesse público. E os bens dominiais poderão ser alienados observadas as exigências legais.

Cabe destacar o conceito de alienação o trazido pelo doutrinador José dos Santos Carvalho Filho (2012, 25ª ed. 1135-1336):

"(...) alienação é um fato jurídico. Indica a transferência da propriedade de determinado bem móvel ou imóvel de uma pessoa para outra. Portanto, quando se faz referência à alienação de bem público, a idéia que se deseja transmitir é a de que a pessoa de direito público transfere para terceiros bem móvel ou imóvel de sua propriedade. Diverso do fato jurídico em si são os instrumentos idôneos a sua consumação. Há diversos instrumentos de alienação de bens, normalmente de caráter contratual. Assim, podem os bens públicos ser alienados por força de contratos de compra e venda, de doação, de permuta e de dação em pagamento, como, aliás, também se passa com os bens privados."

Parecer Jurídico nº. 0217/2025



Já a sobre a alienações de bens públicos, a Lei nº 14.133/2021 – Lei de Licitações, faz a seguinte previsão:

ARTIGO 76 DA LEI Nº 14.133/2021 - A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - tratando-se de bens imóveis, inclusive os pertencentes às autarquias e às fundações, exigirá autorização legislativa e dependerá de licitação na modalidade leilão, dispensada a realização de licitação nos casos de:

(..)

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação e permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente usados em programas de habitação ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgão ou entidade da Administração Pública;

E ainda, tem-se que a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 17 disciplina o uso de bens públicos por terceiros da seguinte forma:

- ARTIGO 17, Lei Orgânica Municipal O uso de bens municipais por terceiros poderá ser feito mediante concessão, permissão ou autorização, quando houver interesse público, devidamente justificado.
- § 1° A concessão administrativa dos bens públicos de uso especial ou dominial dependerá de autorização legislativa e concorrência, dispensada esta quando o uso se destinar ao concessionário de serviço público, ou quando houver interesse público, devidamente justificado.
- § 2° A concessão administrativa de bens de uso comum do povo será outorgada mediante autorização legislativa.
- § 3° A permissão de uso, que poderá incidir sobre qualquer bem público será outorgada a título precário e por decreto.
- § 4° A autorização, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será outorgada para atividades específicas e transitórias, pelo prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

Parecer Jurídico nº. 0217/2025



No caso concreto, verifica-se que a intenção é conceder o uso de imóvel público as famílias que estão em situação de vulnerabilidade social e estão recebendo aluguel social.

Ou seja, nesse caso, deverá ser feita a concessão de direito real de uso, mediante lei, podendo ser dispensada a licitação, com fundamento no artigo 76, inciso I, "f", da Lei nº 14.133/2021, e somente após a lei autorizando a concessão deverá ser feito o decreto regulamentando a forma de distribuição das casas.

CONCLUSÃO

Ante ao exposto, esta Procuradoria orienta que:

- a) seja elaborado projeto de lei para autorizando a concessão de direito real de uso dos imóveis públicos as famílias que estão recebendo o aluguel social, devendo haver avaliação prévia dos imóveis;
- b) pode ser estabelecido na lei que após determinado período de uso os bens serão doados aos seus beneficiários;
- c) pode ser dispensada a licitação, com fundamento no artigo 76, inciso I, "f", da Lei nº 14.133/2021;
- d) após isso, poderá ser elaborado decreto regulamentando a concessão do direito real de uso em questão.

Este é o nosso entendimento s.m.j. da autoridade superior, valendo ressaltar que, o presente parecer tem caráter opinativo, sem qualquer efeito vinculante¹.

É o parecer.

Santo Antônio da Platina, datado e assinado digitalmente.

Cintia Antunes de Almeida da Silva Advogada do Município - OAB/PR 41.023 Decreto 203/2012

Parecer Jurídico nº. 0217/2025

¹ Nesse sentido é o entendimento do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL que, de forma específica, já expôs a sua posição a respeito: "O parecer emitido por procurador ou advogado de órgão da administração pública não é ato administrativo. Nada mais é do que a opinião emitida pelo operador do direito, opinião técnico-jurídica, que orientará o administrador na tomada da decisão, na prática do ato administrativo, que se constitui na execução ex oficio da lei. Na oportunidade do julgamento, porquanto envolvido na espécie simples parecer, ou seja, ato opinativo que poderia ser, ou não, considerado pelo administrador." (Mandado de Segurança n° 24.584-1 - Distrito Federal - Relator: Min. Marco Aurélio de Mello – STF.)

PROJETO DE LEI Nº [XXXX]/2025

Dispõe sobre a concessão de moradias definitivas às famílias atualmente inseridas no programa de Aluguel Social, em virtude da Ação Civil Pública nº 4261-52.2019.8.16.0153, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PLATINA, no uso das atribuições que lhe confere o Art. [XXX] da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituída a concessão de moradias definitivas às famílias atualmente inseridas no programa de Aluguel Social, em decorrência da Ação Civil Pública nº 4261-52.2019.8.16.0153, que determinou a retirada de suas residências situadas em áreas de risco no Município de Santo Antônio da Platina.

Art. 2º O presente Projeto de Lei regulamenta o processo de realocação e a entrega de unidades habitacionais adquiridas e construídas pelo Município, visando à substituição do benefício de Aluguel Social por moradias permanentes.

CAPÍTULO II - DOS IMÓVEIS DISPONÍVEIS

Art. 3º O Município de Santo Antônio da Platina destinará um total de 14 unidades habitacionais, sendo 5 imóveis prontos e 9 em fase de construção, às famílias beneficiadas.

Art. 4º O número total de famílias a serem atendidas com moradias definitivas é de 21, sendo que as 14 primeiras serão contempladas inicialmente, respeitando critérios de prioridade e sorteio, conforme estabelecido nos artigos subseqüentes.

CAPÍTULO III - DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E PRIORIDADE

Art. 5º As moradias serão concedidas exclusivamente às famílias que:

- Estejam atualmente inseridas no programa de Aluguel Social do Município de Santo Antônio da Platina em virtude de ordem judicial de desocupação de área de risco;
- Atendam aos critérios de vulnerabilidade socioeconômica estabelecidos pelo Município;
- III. Não possuam outro imóvel em seu nome.

Art. 6º Para o processo de concessão das moradias será observada a seguinte ordem de prioridade:

- I. Famílias com pessoas com deficiência;
- II. Idosos (60 anos ou mais) como responsáveis pelo núcleo familiar;
- III. Famílias com crianças ou adolescentes em situação de vulnerabilidade:
- IV. Mulheres chefes de família;
- V. Famílias com membros em tratamento de saúde contínuo e/ou grave.

CAPÍTULO IV - DO SORTEIO E PROCEDIMENTOS

Art. 7º Considerando o número inicial de imóveis disponíveis (14 unidades) será realizado um sorteio público para definir as famílias a serem contempladas, garantindo a transparência e equidade no processo.

Art. 8º O sorteio será realizado sob supervisão de representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social, da Procuradoria do Município e de membros da comunidade, observando as seguintes etapas:

- Sorteio inicial para famílias que se enquadrem nos critérios de prioridade descritos no Art. 6°;
- II. Sorteio subsequente para as demais famílias, respeitando-se o número de unidades disponíveis.

Art. 9º As famílias não contempladas no sorteio inicial permanecerão no programa de Aluguel Social até que sejam finalizadas as unidades habitacionais restantes, sendo novamente incluídas em sorteio assim que os imóveis estiverem prontos para entrega.

CAPÍTULO V - DA LISTA DOS BENEFICIÁRIOS

Art. 10º São beneficiárias do programa de concessão de moradias as seguintes famílias:

- 1. Alessandro Pereira Pontes CPF: 004.679.519-77
- 2. Ariane Estanislau de Paiva CPF: 077.070.939-76
- Ariele dos Santos CPF: 119.630.769-58
- 4. Carlos Justino CPF: 800.911.159-73
- 5. Celso Guilherme da Silva CPF: 881.886.989-20
- 6. Evelyn de Fátima Antônio CPF: 114.043.849-28
- 7. Gisele Pereira Alfredo CPF: 073.378.879-30
- 8. Jessica Fernanda dos Santos CPF: 092.114.609-48
- 9. Jose Alves CPF: 007.547.169-88
- 10. Jose Américo Saciloto CPF: 064.450.109-03
- 11. Juliano Aparecido da Rosa CPF: 050.539.099-03
- 12. Larissa Eva da Silva CPF: 101.254.249-14
- 13. Luís Fernando Garcia Alfredo CPF: 801.198.559-09
- 14. Maria de Lourdes Domingos CPF: 536.848.429-15
- 15. Marta do Carmo Alfredo CPF: 004.589.779-42
- 16. Matheus Henrique Martins CPF: 130.754.309-00
- 17. Regiane Domingos de Araújo CPF: 065.653.549-01
- 18. Rosana Aparecida Antônio CPF: 006.743.679-01
- 19. Rosilene Ribeiro dos Santos CPF: 059.912.089-48
- 20. Suelen Lourenço CPF: 093.194.709-01
- 21. Terezinha de Fátima Antônio CPF: 011.250.479-50

CAPÍTULO VI - DA FORMALIZAÇÃO E DESTINAÇÃO DAS MORADIAS

Art. 11º A concessão das moradias será formalizada por meio de Termo de Transferência de Propriedade, conforme a modalidade escolhida pelo Município, com a devida supervisão jurídica.

Art. 12º As unidades habitacionais concedidas são destinadas exclusivamente para uso residencial das famílias contempladas, sendo vedada a comercialização, aluguel ou cessão a terceiros.

Art. 13º O descumprimento das condições estabelecidas nesta Lei implicará na revogação do benefício e retomada do imóvel pelo Município.

CAPÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14º Esta Lei será regulamentada por meio de instruções normativas expedidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, que definirá os procedimentos complementares para a execução do programa.

Art. 15º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Santo Antônio da Platina, 00 de março de 2025.

GILSON DE JESUS ESTEVES

TEREZINHA REINUTTI

Prefeito Municipal

Vice Prefeita e Secretária Municipal de Assistência Social



Projeto de Lei nº XXX, de XX de XXX de 2025.

"Dispõe sobre a concessão de direito real de uso de unidades habitacionais às famílias inseridas no programa de Aluguel Social, em virtude da Ação Civil Pública nº 4261-52.2019.8.16.0153, e dá outras providências".

A Câmara Municipal de Santo Antônio da Platina, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a conceder direito real de uso de imóveis de propriedade do Município de Santo Antônio da Platina às famílias inseridas no programa de Aluguel Social, em decorrência da Ação Civil Pública nº 4261-52.2019.8.16.0153, que determinou a retirada de suas residências situadas em áreas de risco no Município de Santo Antônio da Platina.

Art. 2º O processo de realocação e a entrega de unidades habitacionais adquiridas e construídas pelo Município, visando à substituição do benefício de Aluguel Social por moradias fica regulamentado nos termos desta lei.

CAPÍTULO II - DOS IMÓVEIS DISPONÍVEIS

- Art. 3º O número total de famílias a serem atendidas com as moradias é de 21, sendo que inicialmente será destinado um total de 14 unidades habitacionais, sendo 9 imóveis prontos e 5 em fase de construção.
- Art. 4º A escolha das 14 famílias, que serão contempladas inicialmente, será realizada respeitando-se os critérios de prioridade e sorteio, conforme estabelecido nos artigos subsequentes.

Parágrafo único. Os mesmos critérios serão utilizados para destinação das unidades habitacionais que futuramente vierem a ser disponibilizadas para concessão.

CAPÍTULO III - DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E PRIORIDADE

- Art. 5° As moradias serão concedidas exclusivamente às famílias que:
- I Estejam atualmente inseridas no programa de Aluguel Social do Município de Santo Antônio da Platina, em virtude de ordem judicial de desocupação de área de risco.
- II Atendam aos critérios de vulnerabilidade socioeconômica estabelecidos pelo Município.
 - III Não possuam outro imóvel em seu nome.
- Art. 6º Para o processo de concessão de direito real de uso das moradias será observada a seguinte ordem de prioridade:
 - I Famílias com pessoas com deficiência.
 - II Idosos (60 anos ou mais) como responsáveis pelo núcleo familiar.



- III Famílias com crianças ou adolescentes em situação de vulnerabilidade.
 - VI Mulheres chefes de família.
 - V Famílias com membros em tratamento de saúde contínuo e/ou grave.

CAPÍTULO IV - DO SORTEIO E PROCEDIMENTOS

- Art. 7º Considerando o número inicial de imóveis disponíveis (14 unidades) será realizado um sorteio público para definir as famílias a serem contempladas, garantindo a transparência e equidade no processo.
- Art. 8º O sorteio será realizado sob supervisão de representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social, da Procuradoria do Município e de membros da comunidade, observando as seguintes etapas:
- I Sorteio inicial para famílias que se enquadrem nos critérios de prioridade descritos no Art. 6°;
- II Sorteio subsequente para as demais famílias, respeitando-se o número de unidades disponíveis.
- Art. 9º As famílias não contempladas no sorteio inicial permanecerão no programa de Aluguel Social até que sejam finalizadas as unidades habitacionais restantes, sendo novamente incluídas em sorteio assim que os imóveis estiverem prontos para entrega.

CAPÍTULO V - DA LISTA DOS BENEFICIÁRIOS

Art. 10. São beneficiárias do programa de concessão de moradias as seguintes famílias:

- 1. Alessandro Pereira Pontes CPF: 004.679.519-77
- 2. Ariane Estanislau de Paiva CPF: 077.070.939-76
- 3. Ariele dos Santos CPF: 119.630.769-58
- 4. Carlos Justino CPF: 800.911.159-73
- 5. Celso Guilherme da Silva CPF: 881.886.989-20
- 6. Evelyn de Fátima Antônio CPF: 114.043.849-28
- 7. Gisele Pereira Alfredo CPF: 073.378.879-30
- 8. Jessica Fernanda dos Santos CPF: 092.114.609-48
- 9. Jose Alves CPF: 007.547.169-88
- 10. Jose Américo Saciloto CPF: 064.450.109-03
- 11. Juliano Aparecido da Rosa CPF: 050.539.099-03
- 12. Larissa Eva da Silva CPF: 101.254.249-14
- 13. Luís Fernando Garcia Alfredo CPF: 801.198.559-09
- 14. Maria de Lourdes Domingos CPF: 536.848.429-15
- 15. Marta do Carmo Alfredo CPF: 004.589.779-42
- 16. Matheus Henrique Martins CPF: 130.754.309-00
- 17. Regiane Domingos de Araújo CPF: 065.653.549-01
- 18. Rosana Aparecida Antônio CPF: 006.743.679-01
- 19. Rosilene Ribeiro dos Santos CPF: 059.912.089-48
- 20. Suelen Lourenço CPF: 093.194.709-01
- 21. Terezinha de Fátima Antônio CPF: 011.250.479-50



CAPÍTULO VI - DA FORMALIZAÇÃO E DESTINAÇÃO DAS MORADIAS

- Art. 11. A concessão de direito real de uso das unidades habitacionais será formalizada por meio de Contrato de Concessão de Direito Real de Uso, a ser celebrado com supervisão da Procuradoria Jurídica Municipal.
- Art. 12. As unidades habitacionais concedidas são destinadas exclusivamente para uso residencial das famílias contempladas, sendo vedada a comercialização, aluguel ou cessão a terceiros.
- Art. 13. O descumprimento das condições estabelecidas nesta Lei implicará na revogação da concessão e retomada do imóvel pelo Município, o que deverá ser apurado em procedimento administrativo próprio, em que seja garantido o contraditório e a ampla defesa.

CAPÍTULO VII - DO PRAZO E CONVERSÃO DA CONCESSÃO

Art. 14. A concessão do direito real de uso terá prazo de 15 (quinze) anos, contados da data da assinatura do respectivo contrato.

Parágrafo único. Decorrido o prazo estipulado no caput deste artigo mediante requerimento do beneficiário a concessão será convertida em doação.

- Art. 15. Os custos decorrentes do registro da concessão de direito real de uso na matrícula dos imóveis serão suportados pelo Município de Santo Antônio da Platina, assim como os custos da doação.
- Art. 16. O direito real de uso concedido nos termos desta Lei poderá ser transferido aos herdeiros ou sucessores do concessionário em caso de falecimento deste, observadas as normas de sucessão legal e os critérios estabelecidos pelo Município.

Parágrafo único. A sub-rogação aos herdeiros ou sucessores dar-se-á nas mesmas condições originalmente pactuadas e sem interrupção do prazo de concessão.

Art. 17. Durante o período de concessão, o concessionário será responsável pelo pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e demais tributos incidentes sobre o imóvel, bem como pelas despesas de conservação e manutenção.

CAPÍTULO VIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- Art. 18. Esta Lei será regulamentada por meio de Decreto, referendado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, que definirá os procedimentos complementares para a execução do programa.
- Art. 19. Fica dispensada a licitação com fundamento no art. 76, I, "f" da Lei nº 14.133/2021.
- Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.



GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PLATINA / ESTADO DO PARANÁ / PAÇO MUNICIPAL DR. ALÍCIO DIAS DOS REIS, aos XX de XXX de 2025.

GILSON DE JESUS ESTEVES Prefeito Municipal



PARECER JURÍDICO Nº 0286/2025

MINUTA PROJETO DE LEI

SÚMULA: "Dispõe sobre a concessão de direito real de uso de unidades habitacionais às famílias inseridas no programa de Aluguel Social, em virtude da Ação Civil Pública nº 4261-52.2019.8.16.0153, e dá outras providências".

INTERESSADO: Prefeito Municipal

RELATÓRIO

Trata-se de parecer jurídico exarado em razão do encaminhamento a esta Procuradoria Jurídica de Minuta de Projeto de Lei que visa a concessão de moradias definitivas às famílias atualmente inseridas no programa de Aluguel Social, em virtude da Ação Civil Pública nº 4261-52.2019.8.16.0153 e dá outras providências".

É o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, ressalte-se que o parecer tem por objetivo uma análise técnica de suas disposições, ou seja, se estão de acordo com as exigências constitucionais e legais, remanescendo aos Vereadores o estudo sobre a viabilidade da proposta no que tange ao interesse público.

Cabe consignar ainda que o presente parecer tem caráter opinativo e *interna corporis*, sendo dirigido apenas ao Chefe do Executivo Municipal, já que a Procuradoria Municipal apenas presta assessoria e consultoria ao Poder Executivo Municipal.

Passe-se a análise.

Faz-se importante destacar que a matéria objeto da presente minuta de projeto de lei está afeta à competência legislativa do Município, consoante as disposições do artigo 30, inciso I da Constituição Federal e Lei Orgânica do Município de Santo Antônio da Platina, respectivamente:

Art. 30 da Constituição Federal de 1988 - Compete aos Municípios: I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Art. 5°, da Lei Orgânica do Município de Santo Antônio da Platina - Ao Município compete prover a tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:

I – legislar sobre assuntos de interesse local;

Sobre a iniciativa de leis dispõe a Lei Orgânica do Município de Santo Antônio da Platina, em seu artigo 53:

Parecer Jurídico nº. 0286/2025



Artigo 53, Lei Orgânica do Município de Santo Antônio da Platina — A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe ao Prefeito, a qualquer membro ou Comissão da Câmara e aos cidadãos, observado o disposto nesta Lei.

Verifica-se ainda que a iniciativa de lei no caso é do Chefe do Executivo Municipal, uma vez que o presente Projeto de Lei tem por objetivo a concessão de direito real de uso de imóvel público, e a Lei Orgânica Municipal estabelece que é competência deste a administração dos bens públicos nos seguintes termos:

Art. 13, da Lei Orgânica do Município de Santo Antônio da Platina – Compete ao Prefeito a administração dos bens públicos municipais, ressalvada a competência da Câmara Municipal em relação aos seus bens.

Ademais, tem-se que a propositura objetiva também promover o direito a moradia, conforme determina a Lei Orgânica:

Art. 189, da Lei Orgânica do Município de Santo Antônio da Platina – O Município promoverá, em consonância com sua política urbana e respeitadas as disposições do Plano Diretor, programas de habitação popular destinados a melhorar as condições de moradia da população carente do Município.

§ 1º A ação do Município deverá orientar-se para: I - ampliar o acesso a lotes mínimos dotados de infra-estrutura básica e servidos por transporte coletivo;

II - estimular e assistir, tecnicamente, projetos comunitários e associativos de construção da habitação e serviços;

III - urbanizar, regularizar e utilizar as áreas ocupadas por população de baixa renda, passíveis de urbanização.

Dessa forma, a Minuta do Projeto de Lei em apreço encontra-se dentro da competência legislativa do Chefe do Executivo Municipal.

Analisada a competência legislativa, passa-se a análise do mérito da propositura, ou seja, a concessão do direito real de uso de bem público a terceiros.

Primeiramente, cumpre destacar que a Lei Orgânica Municipal, em seu artigo 17 dispõe sobre o uso de bens públicos por terceiros nos seguintes termos;

Artigo 17, da Lei Orgânica Municipal — O uso de bens municipais por terceiros poderá ser feito mediante concessão, permissão ou autorização, quando houver interesse público, devidamente justificado.

§ 1° - A concessão administrativa dos bens públicos de uso especial ou dominial dependerá de autorização legislativa e concorrência,

Parecer Jurídico nº. 0286/2025



dispensada esta quando o uso se destinar ao concessionário de serviço público, ou quando houver interesse público, devidamente justificado.

§ 2° - A concessão administrativa de bens de uso comum do povo será outorgada mediante autorização legislativa.

Assim, a utilização privativa de bem público por terceiro poderá ocorrer mediante concessão, permissão ou autorização de uso, desde que haja interesse público devidamente justificado.

No caso trazido à baila, pretende-se a concessão do direito real de uso de imóveis públicos, sendo que, nos termos da Lei Orgânica Municipal, a concessão do direito real de uso deverá sempre ser feita mediante autorização legislativa e licitação, na modalidade concorrência pública, podendo ser dispensada caso haja interesse público devidamente justificado.

Em relação à autorização legislativa, o presente projeto de lei tem essa finalidade, cumprindo assim esse requisito.

Já em relação à necessidade de licitação, verifica-se que no presente caso há informação na justificativa de que há interesse público na concessão, a fim de que seja satisfeito o direito moradia dos cidadãos que foram retirados do morro do sabão, motivo pelo qual a licitação pode ser dispensada.

CONCLUSÃO

Isto posto, salvo melhor juízo, considerando os argumentos supra mencionados, e após as alterações sugeridas, esta Procuradoria Jurídica entende que a minuta do Projeto de Lei em apreço possui embasamento legal, podendo ser enviada ao Poder Legislativo Municipal para deliberação, após receber numeração e formatação devida.

Contudo, deverá ser instruído com a documentação dos beneficiários, documentação dos imóveis a serem concedidos, bem com a avaliação prévia dos imóveis.

Ressalte-se que o parecer jurídico tem caráter opinativo, não vinculando a decisão da Autoridade Superior.

Santo Antônio da Platina, datado e assinado digitalmente.

Cintia Antunes de Almeida da Silva Advogada do Município - OAB/PR 41.023 Decreto 203/2012

Parecer Jurídico nº. 0286/2025





Espelho Cadastral

Cadastro Imobiliário: 5873 Data Espelho: 11/04/2025 23:59:59 Imprime Outros Proprietários: Não Ordem de Emissão: Cadastro Imobiliário Imprime endereço de correspondência: 0

Cadastro Imobiliário(Terreno): 5873 Ano Cadastro: 2025

Informações do Imóvel

 Cadastro
 : 5873
 Insc. Imob. : 01.01.357.0100
 Insc. Imob. Anterior : 01.01.357.0100.001

Matrícula : 22944 Data Cadastro : 09/12/2015

Endereço do imóvel

Logradouro : RUA VER. JOSÉ RITTI, 254
Bairro : 530 - C.R.ALCEU GARBELINI

Complemento : Inf. Comp. :

Loteamento : Edifício : Bloco/Apto : /

Quadra : 0357 Lote : ÁREA INSTITUCIONAL

Garagem : Loja : Sala :

Informações do Proprietário

Proprietário : 531 - MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO CPF/CNPJ : 76.968.627/0001-00 RG/Insc. Est. :

DA PLATINA

Cidade : Santo Antônio da Platina Estado : PR CEP : 86.430-000

Bairro : 1 - CENTRO Logradouro: : PRAÇA NOSSA SENHORA APARECIDA

Metragens

CEP Testada Metragem Seção Logradouro Bairro Testada Principal 20.0000 245 - X RUA VER. JOSÉ RITTI C.R.ALCEU GARBELINI 86.430-000 Área do Lote: 717,89 Profundidade: 35,89 Área tot. const.: 0 Total Unidade: 1

2 - Informações Terreno

ItemConteúdoItemConteúdo27 - Situação do Terreno16 - Uma frente28 - Topografia13 - Plano

29 - Pedologia 29 - Firme 48 - PAVIMENTAÇÃO 0 - NÃO DEFINIDO

47 - GALERIA PLUVIAL 0 - NÃO DEFINIDO 300 - ZONEAMENTO 12 - ZR2 - ZONA RESIDENCIAL 2

301 - Unificação n° de lotes 1

4 - Informações Gerais

 Item
 Conteúdo
 Item
 Conteúdo

 20 - Patrimonio
 12 - Público

 26 - Isento TSU
 11 - Não

 112 - Loteamento
 FAZENDA DA ALDEIA

216 - Complemento do Lote

 240 - Código de Isenção
 30 - Isento

 260 - Condomínio
 0 - não

 850 - VALOR FACE
 110,00

6 - Dados Migração

Item Conteúdo Item Conteúdo 31 - Testada 2 0 4 - Seção 01350D 33 - Seção Logradouro 2 30 - Testada Principal 20 35 - Cód.Logradouro 3 0 32 - Cód.Logradouro 2 0 0 34 - Testada 3 0 37 - Testada 4 39 - Seção Logradouro 4 36 - Seção Logradouro 3 41 - Área total do Lote 718 38 - Cód.Logradouro 4 0 40 - Profundidade do Lote 43 - Área Constr Unidade 0 0 45 - Número de Pavimentos 0 42 - Área do Lote de Vila 0 213 - Número da Quadra 0357 44 - Área Total Construíd 223 - Código do CEP 86430000 110 - Área do Lote - Real 717,89 214 - Número do Lote 241 - Valor do Imposto 152.53 000A 261 - Fração Ideal m2-Trib 718,00 246 - MATRICULA CRI 22944 263 - Valor Venal Terreno 0,00 264 - Valor Venal Predial 0.00 601 - VALOR TERRENO M2 173.0000 602 - VALOR M2 EDIFICAÇÃO 835,0000



MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PLATINA

CNPJ: 76.968.627/0001-00

Endereço: PRAÇA NOSSA SENHORA APARECIDA - SN Bairro: CENTRO

Cidade: Santo Antônio da Platina - PR CEP: 86.430-000

Fone: Fax: (43) 3534-8700

ORDEM DE COMPRA 6114 / 2024

Tipo de Nota: Ordinária	Data: 09/10/2024	Contrato: 114/2024
Licitação Número/Ano: 7/2024 Vigência do Contrato: 06/09/2025		Aditivo:
Modalidade: Concorrência Eletrônica	Tipo Objeto: Obras e Serviços de Engenharia	Solicitação: 5876/2024

Entidade Proc. Lic.: 531 - MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PLATINA Impresso Por: KARIN ANGELA RANUCCI DE CAMARGO

Informações do Fornecedor

Razão Social: 360970 - CONSTRUMIX CONSTRUTORA LTDA

Cidade: Santo Antônio da Platina - PR

Endereço: RUA DONA FLAUZINA FRANCISCA LEMES, 299, SALA 01

Telefone Comercial: (43) 9654-2934, (43) 3534-3651

E-Mail: fiscal2@hinterlang.com.br

Dotação Orçamentária

Dotação: 1944

Órgão: 08 - Secret. Municipal de Assistência Social Unidade: 001 - Gab. Secret. Munic. Assistência Social Ação: 1447 - Construção - Casas Populares - 05 Unidades Elemento: 3449051010800000000 - Unidades habitacionais

Finalidade

Histórico

	Ação: 1447 - Construção - Casas Populares - 05 Unidades					
Ele	emento: 3449	051010800	0000000 - Unidades habitacionais			564d
'	Vínculo: 0 - Recursos Ordinários (Livres)					
Finalid	ade					2029
(cinco)		nifamiliares,	gistro no Conselho de Classe Competente, a qual fornecerá materia, , em terreno situado à Rua Vereador José Ritti, n° 254, Conj. Habita anterior.			
Históri	СО					3:00 c.ate
Contratação de empresa com registro no Conselho de Classe Competente, a qual fornecerá materiais e mão de obra, para efetuar a construção de 05 (cinco) residências unifamiliares, em terreno situado à Rua Vereador José Ritti, nº 254, Conj. Habitacional Alceu Garbelin, com recurso referente a superávit financeiro de exercício anterior.						
Item	Quantidade	Unidade	Produto	Marca	Valor Unitário	Valor Total 🖁
1	1	UN	44 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Construção de cinco residências unifamiliares contendo sala de estar, cozinha, dois dormitórios, um sanitário acessível e área de serviço, todas construídas em 1 pavimento. A edificação deve ser executada nas normas de construção, obedecendo a desenhos e detalhes do projeto arquitetônico e complementar fornecidos, bem como seguindo os presentes especificações contidas nestes memoriais dos projetos complementares. Todos os materiais a serem empregados na obra deverão atender às especificações do projeto e obedecer às especificações de qualidade e desempenho da ABNT.		638.999,00	ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO
Va	alor Acréscim	o: R\$ 0.00	Valor Desconto: R\$ 0.00		Total Geral:	R\$638.999,@

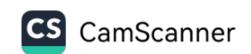
Dados da Entrega

Prazo Entrega: 8 MESES Serviço Prestado: Dentro

Cond. Pgto.: 15 DIAS APÓS MEDIÇÃO Local Entrega:

- I Uma Cópia da Ordem de Compra ou número desta, deverão acompanhar a Nota Fiscal.
- II Preferencialmente, não englobar dois ou mais pedidos na mesma Nota Fiscal.
- III O valor do desconto informado e concedido pelo fornecedor quando da consulta de preços se, este constar na Ordem de Compra, deverá obrigatoriamente constar na Nota Fiscal.
- IV Não serão aceitas Notas Fiscais com rasuras ou emendas.
- V Nos casos de Obras e Serviços de Engenharia, esta Ordem de Compra não substituirá a Ordem de Serviço emitida pelo Setor de Engenharia para o início da execução da(s) obra(s).

Autorizo os dados acima destacados:		
	Responsável	



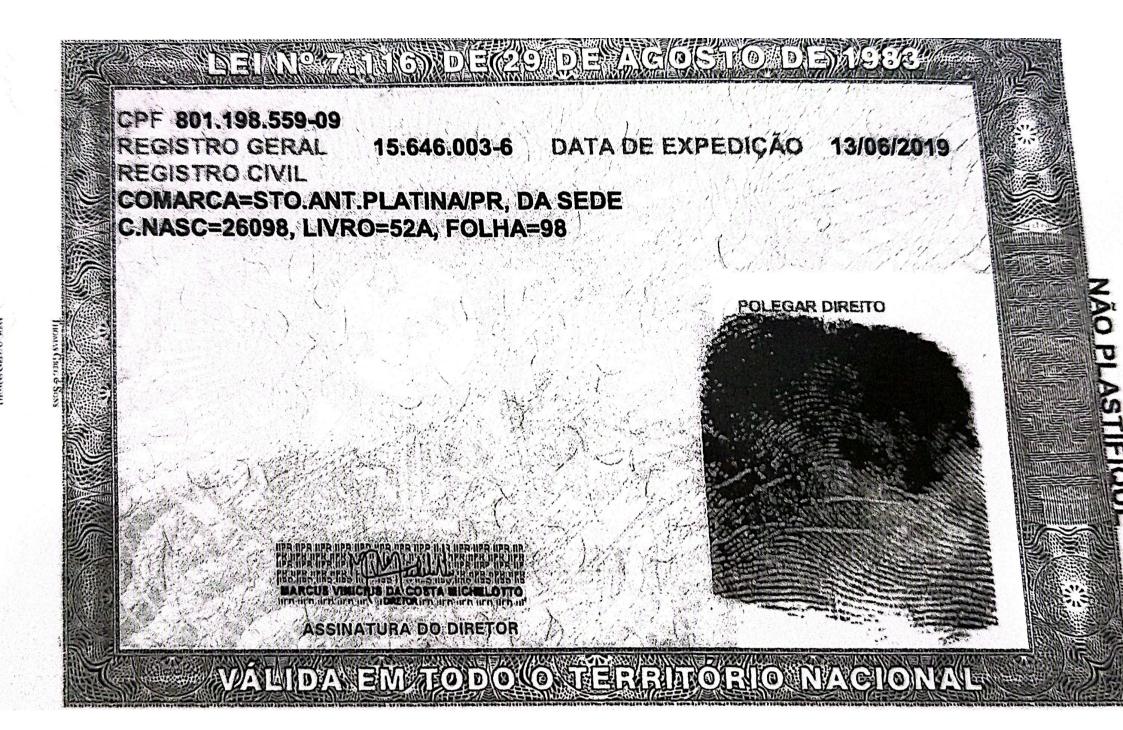
CPF/CNPJ: 45.496.669/0001-54

Bairro: JARDIM BELA VISTA I

Insc. Est.: 909.57089-16

Fax:







Ministério da Fazenda Receita Federal COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO CPF



Número 801.198.559-09

Nome
LUIS FERNANDO GARCIA ALFREDO

Nascimento 08/06/2005

CÓDIGO DE CONTROLE 00B4.9395.87D2.F064



Emitido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil às 16:45:53 do dia 22/05/2019 (hora e data de Brasília) dígito verificador: 00 VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO





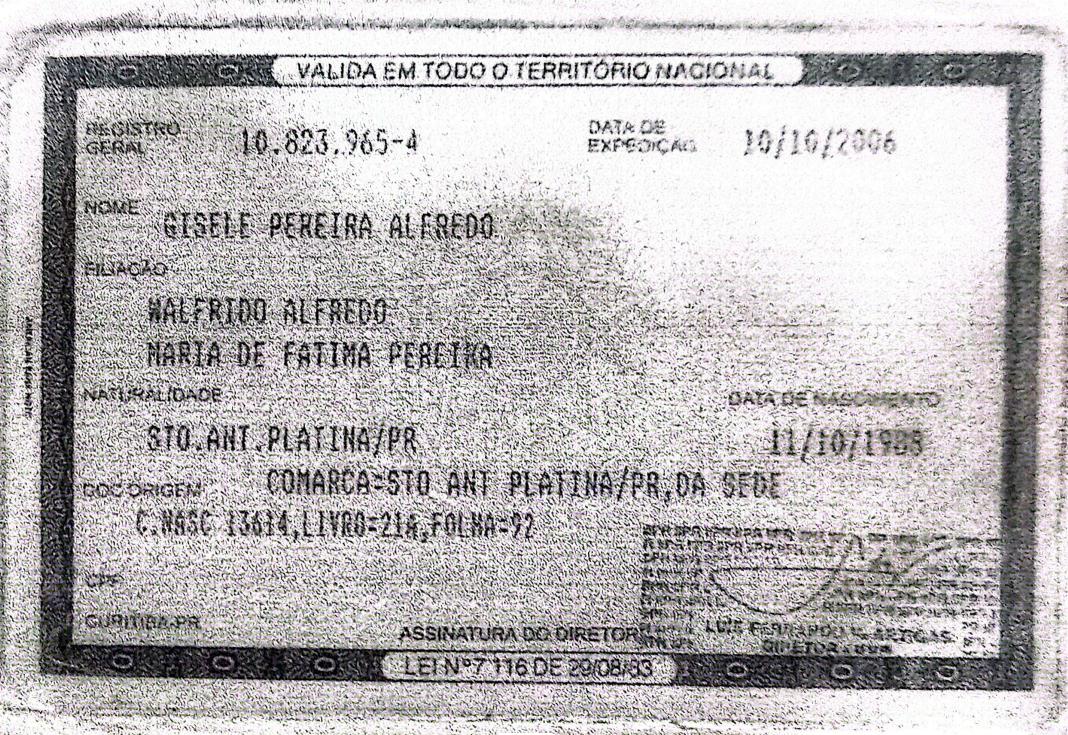












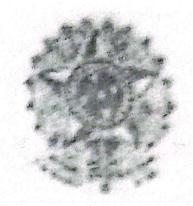




MINISTERIO DA FAZENDA



Receita Federal Cadastro de Pessoas Físicas



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

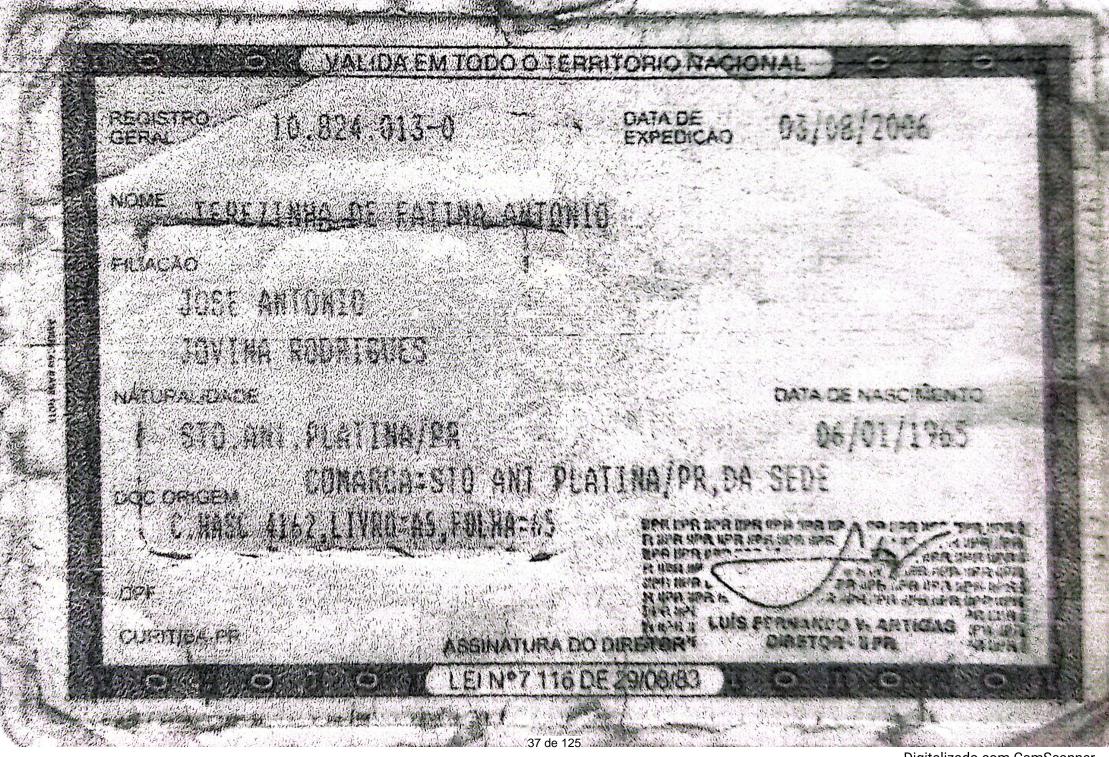
Número 064.450.109-03

Nome JOSE AMERICO SACILOTO

> Nascimento 14/11/1990

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

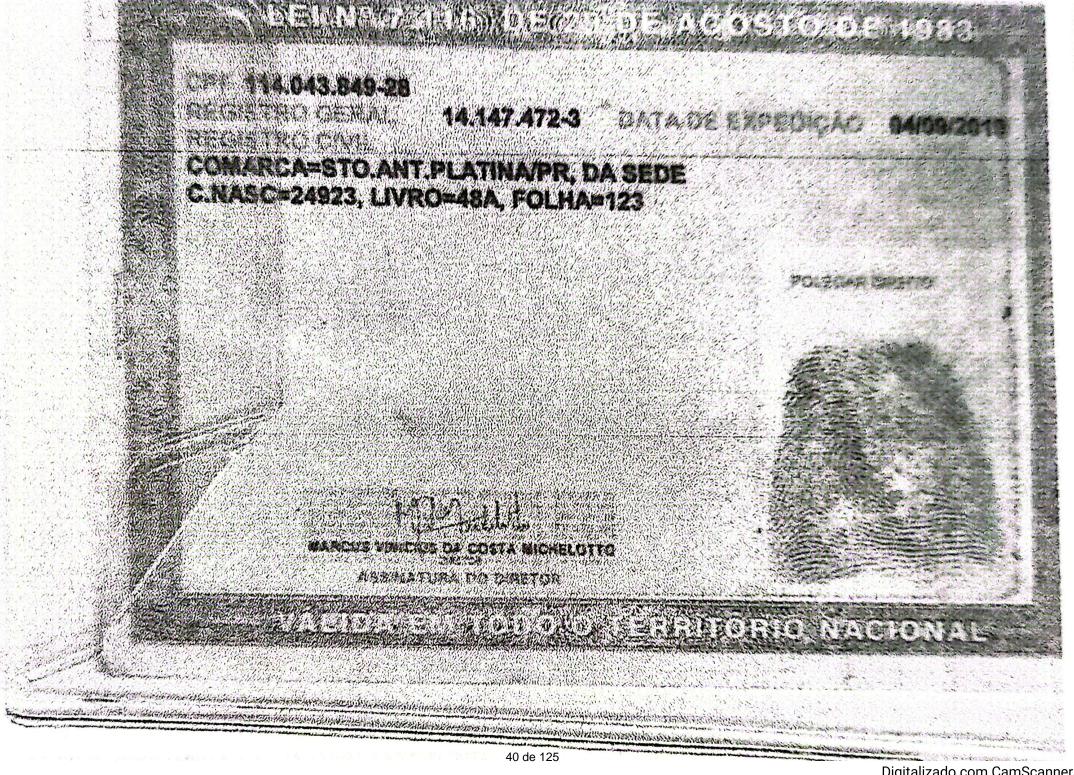


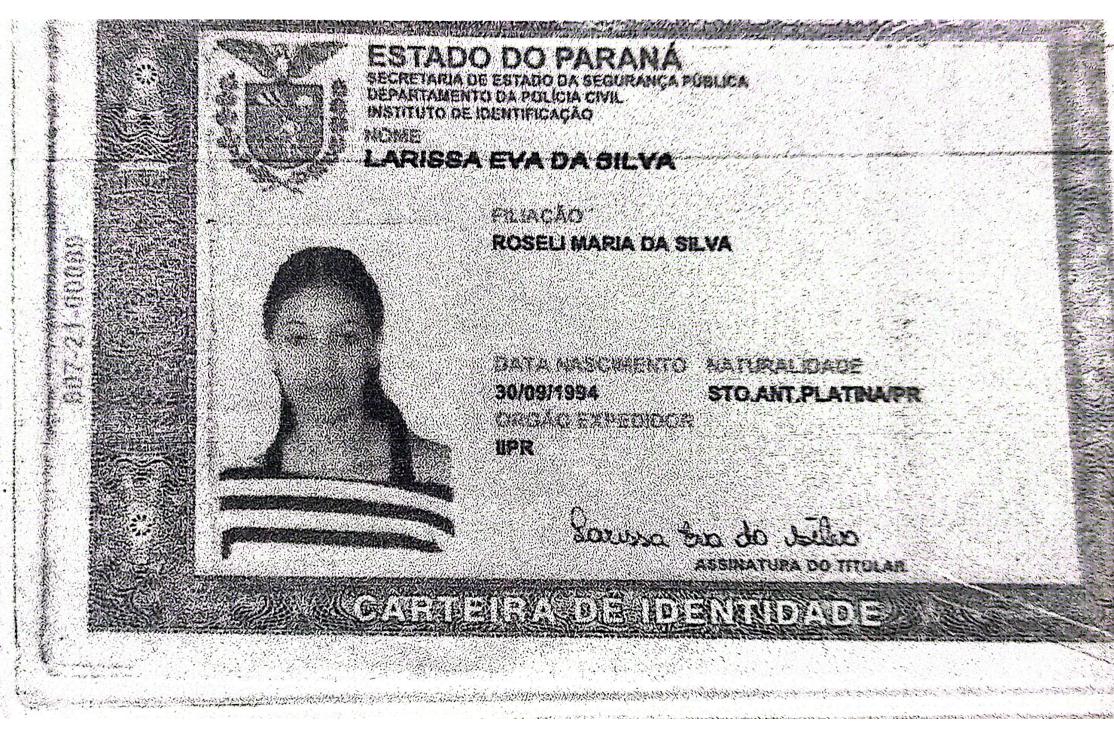




011.250.479.50













VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: 10.028.153-8

DATA DE EXPEDIÇÃO: 19/05/2017

NOME: ROSILENE RIBEIRO DOS SANTOS

FILIAÇÃO: IDELSON RIBEIRO DOS SANTOS MARIA SANTA PROENÇA DOS SANTOS

NATURALIDADE: JACAREZINHO/PR

DATA DE NASCIMENTO: 18/01/1988

COMARCA=JACAREZINHO/PR, DA SEDE DOC. ORIGEM:

C.CAS.AV.DIV=7658, LIVRO=178, FOLHA=88

059.912.089-48

CURITIBAIPR









GPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

ome:

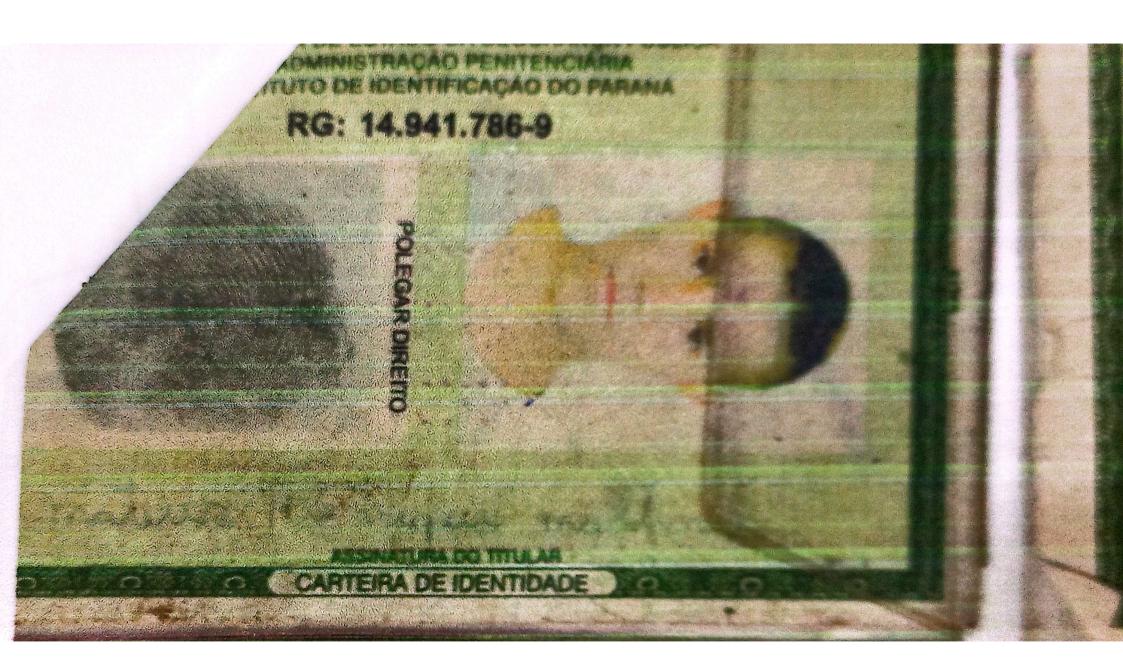
LESSANDRO PERESTA CONTES

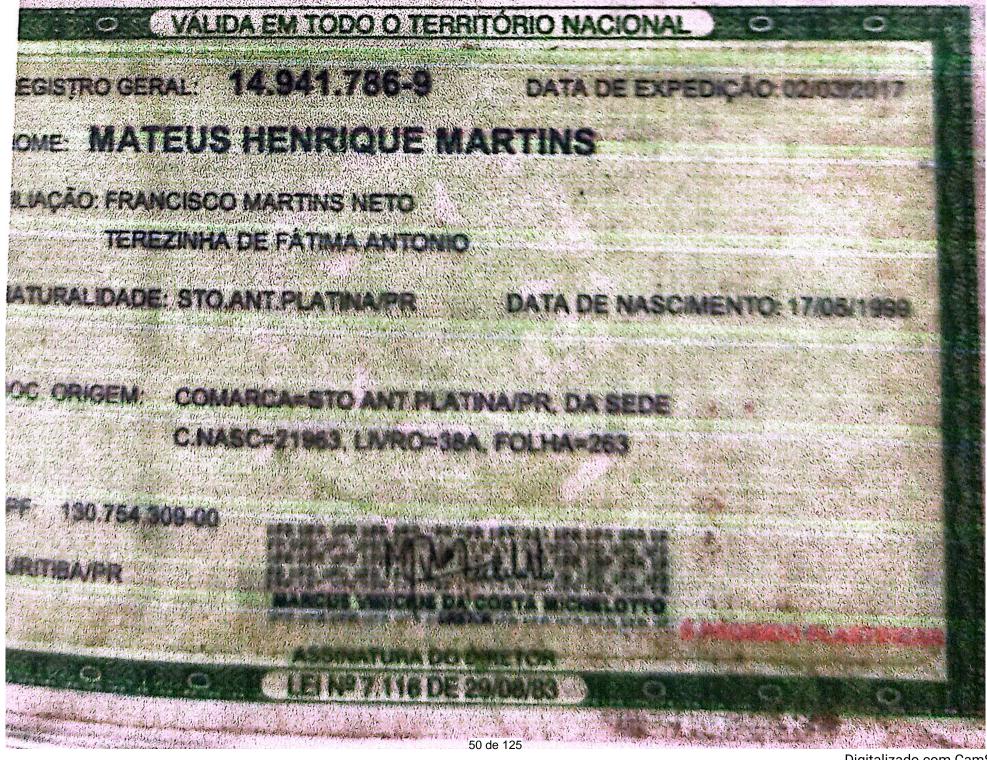
g de Inscrição

Opasiosio-77

Data do Massimento

02/11/80







VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: 12.986.992-5 DATA DE EXPEDIÇÃO: 13/04/2010

NOME: JESSICA FERNANDA DOS SANTOS

FILIAÇÃO: PEDRO DOS SANTOS

TEREZINHA DE FATIMA ANTONIO

NATURALIDADE: JANDAIA DO SUL/PR DATA DE NASCIMENTO: 25/02/1991

DOC. ORIGEM: COMARGA=STO ANT PLATINA/PR, DA SEDE

C.NASC=18218, LIVRO=28A, FOLHA=128

assimatura do diretor



REGISTRO GERAL:

13.728.900-8

DATA DE EXPEDIÇÃO: 27/12/2012

NOME: SUELEN LOURENÇO

FILIAÇÃO:

FRANCISCA LOURENÇO

NATURALIDADE: STO.ANT.PLATINA/PR

DATA DE NASCIMENTO: 21/11/1994

DOC. OPIGEM: COMARCA-STO ANT PLATINAPH, DA SEDE

C.NASC=18752, LIVRO=28A, FOLHA=052

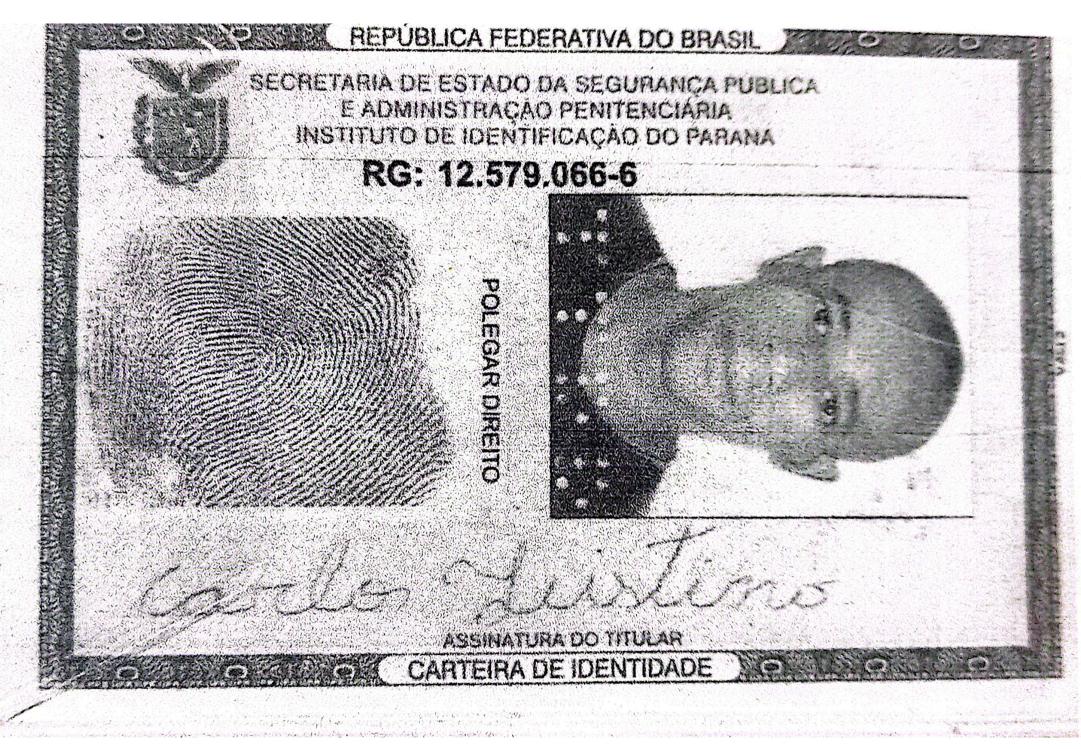
CPF: 093.194.709-01

CURITIBAIPR









VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: 12.579.066-6

DATA DE EXPEDIÇÃO: 06/08/2015

NOME: CARLOS JUSTINO

FILIAÇÃO: ANTONIO JUSTINO

MARIA GOMES JUSTINO

NATURALIDADE: STO.ANT.PLATINAPR

DATA DE NASCIMENTO: 21/05/1969

DOC, ORIGEM: COMARCA=SANTO ANT PLATVPR, DA SEDE

C.NASC=47377, LIVRO=77A, FOLHA=207

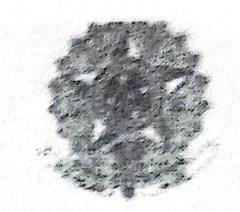
CURITIBAIPR



ASSINATURA DO DIRETOR LEI Nº 7 116 DE 29/08/83



Ministério da Fazenda Receita Federal COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO CPF



Número 800.911.159-73

> Nome CARLOS JUSTINO

> > Nascimento 21/05/1969

TRABALHADOR

Esta è sua Carteira de Trabalho « CTP», instituida pelo entán Presidente Cotoho Vargas, por intermedia do Decreto nº. 22.085 de 29.10,1982 e posteriormente retormulada pelo Decreto les nº 5492 do 01.05,1943 que aprovon a CLT. Ela e o documento por lo observo para o exercicio de qualquer emprego où atolicado profissional.

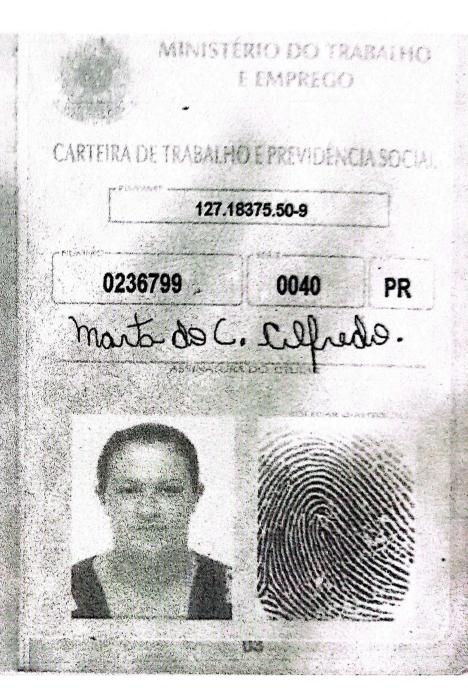
Acla deserba sor registrados todos os dados do Contralos de Trabalho, elementos básicos para o reconhecimiento dos seus direitos perante a fustica da Trabalho, bem como para a obtenção da aposentadoria e demais beneficios frevidencián es garantindo, ainda, sua habilitação do segmo desemprego é ao fundo de Garantia do fempo de Serviço - FGTS.

O conjunto de anotações contido neste documento e o seu estado de conservação, espeinam a conduta a qualificação o as atividades profissionais do seu portador.

Pela sua importancia, é seu dever protegé-la e Cuida-la, pois além de conter o registro de sua vida. Profissional e a garantia de preservação e validade de seus direitos como trabalhador e cidadão, contribui para assegurar o seu futuro e o de seus dependentes, tendo validade, também, como documento de identificação.

CONFECCIONADA COM RECURSOS DO FATA FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR.

VISITE O PORTAL MITE: WWW.MIE.COV.BR





MARTA DO CARMO ALFREDO

FILIAÇÃO...... JOSE ALFREDO

APARECIDA DO CARMO ALFREDO

NASCIMENTO ...: 20/08/1975

SEXO: FEMININO

ESTADO CIVIL...: SOLTEIRO

NATURALIDADE: SANTO ANTÔNIO DA PLATINA - PR DOCUMENTO.....: C. I. 87372499 18/05/1999 SESP PR

LEI Nº 9.049, DE 18 DE MAIO DE 1995

CPF...... 004.589.779-42

CNH....

TIT. ELEITOR:

SEÇÃO:

ZONA:

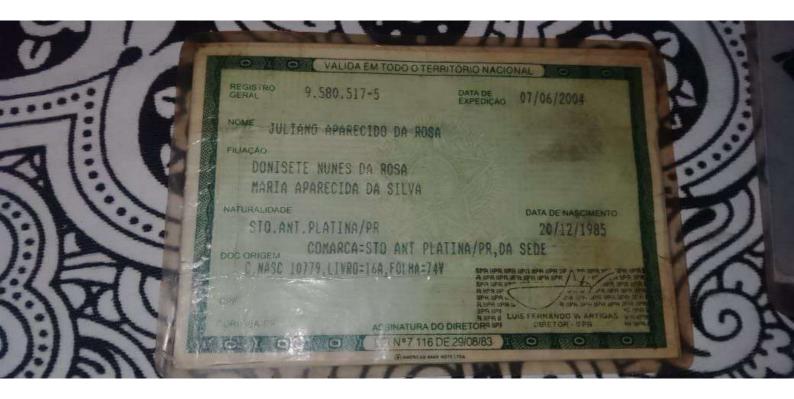
LOCAL/DATA DE EMISSÃO: GRTE/PR - 09/05/2012

Eline Martine Lapend to Provide a Expense

Ag Administrativo Mat 0258025;

60 de 125

















DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ.

2V Situacao: Protocolo Finalizado (F)

Data do Movimento: 08/10/2024 Operador Abertura: mun_607fabiobarreto

Dados da Pessoa RG: 8881919

Data de Cadastro: Nome: JOSÉ ALVES

Filiação 1: VICENTE ALVES Filiação 2: IZABEL FAGÁ

Naturalidade: SANTO ANTONIO DA PLATINA Nacionalidade: Brasileira

Data de nascimento: 15/05/1954 Estado Civil: Casado(a) Sexo: Masculino Identidade de Gênero:

Dados do Movimento

Data de Cadastro: Nome: JOSÉ ALVES Filiação 1: VICENTE ALVES Nacionalidade: Brasileira

Filiação 2: IZABEL FAGÁ

Naturalidade: SANTO ANTONIO DA PLATINA

Estado Civil: Casado(a) Data de nascimento: 15/05/1954

Sexo: Masculino Identidade de Gênero:

Documentos

Tipo Documento Número Complemento

Certidão de CERTIDÃO: CERTIDÃO CASAMENTO, COMARCA: IBAITI/PR, CARTÓRIO: VILA GUAI, TIPO: Distrito, NUMERO: 391, 391

LIVRO: B2, FOLHA: 191 Casamento

007.547.169-CPF

Endereço Residencial

Logradouro: RUA TERTULIANO MARGARIDO CEP: 86430000 Número: 200

Complemento: Bairro: APARECIDINHA II

Município: STO.ANT.PLATINA/PR Telefone:

Atributos Saúde

Tipo Sanguíneo: Não Informado Deficiências: Não

Idoso: Não Observações:



Ministério da Fazenda Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

No do CPF: 007.547.169-88

Nome: JOSE ALVES

Data de Nascimento: 15/05/1954

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: 04/06/1999

Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: **09:15:58** do dia **06/05/2025** (hora e data de Brasília).

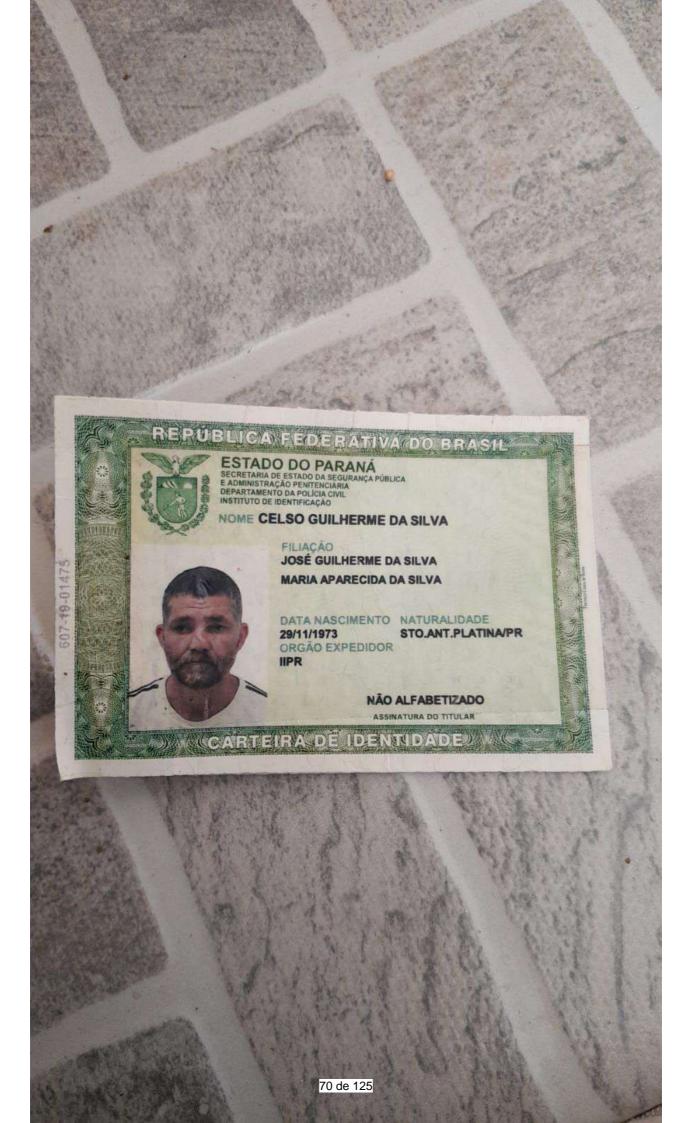
Código de controle do comprovante: 2C14.8ABA.2F2A.2E4B

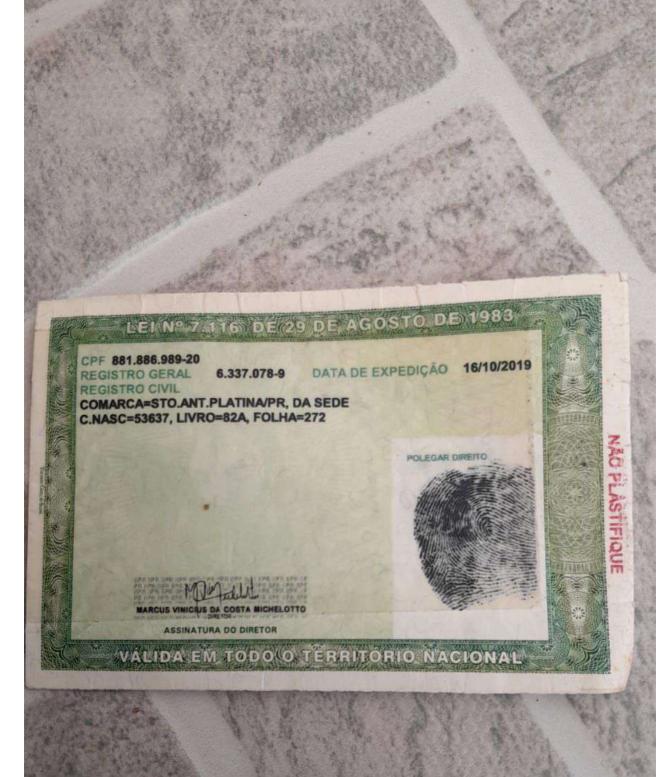


Este documento não substitui o "Comprovante de Inscrição no CPF".

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)

69 de 125







PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PLATINA-PR COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE BENS E IMÓVES

DESPACHO

- 1. Ciente.
- 2. Informo que após análise dos documentos apresentados pelo requerente SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, Nº do Protocolo 2023/03/11751, com o objetivo APURAR O VALOR REAL E ATUAL DO IMÓVEL, para uma possível permuta.
- 3. Foram feitas as avaliações dos imóveis pela COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE BENS E IMÓVEIS e após analise de todos os dados fornecidos e da elaboração da pesquisa, foi utilizado o método comparativo direto de dados de mercado, que utiliza a regressão linear múltipla, como ferramenta de calculo.
- 4. Foi elaborado um laudo técnico (em anexo), PARA AS ÁREAS DO MUNICIPIO E OS IMÓVEIS DA EMPRESA L. FUJITA DE ALMEIDA CONSTRUÇÃO CIVIL & INCORPORADORA LTDA EPP.
 - IMÓVEL DO MUNICIPIO 1: Área localizada na Rua Joel Pimentel, 234, Riviera Park, área de 2.138m², pertencente à Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Platina, atribui-se o valor final de R\$ 637.000,00 (Seiscentos e Trinta e Sete Mil Reais), como valor atual do imóvel.
 - IMÓVEL DO MUNICIPIO 2: Área localizada na Rua Joel Pimentel, 138, Riviera Park, área de 1.850m², pertencente à Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Platina, atribui-se o valor final de R\$ 600.000,00 (Seiscentos Mil Reais), como valor atual do imóvel
 - IMÓVEL DO MUNICIPIO 3: Área localizada na Rua Ruben Joaquim Mendes, 111, Jd. Minas Gerais, área de 1.933m², pertencente à Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Platina, atribui-se o valor final de R\$ 725.000,00 (Setecentos e Vinte e Cinco Mil Reais), como valor atual do imóvel.
 - IMÓVEL DO MUNICIPIO 4: Área localizada na Rua João Medeiros de Melo, 0, Jd. Minas Gerais, área de 2.887m², pertencente à Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Platina, atribui-se o valor final de R\$ 1.060.000,00 (Um Milhão e Sessenta Mil Reais), como valor atual do imóvel.
 - IMÓVEL DO MUNICIPIO 5: Área localizada na Rua João Medeiros de Melo, 657, Jd. Minas Gerais, área de 6.752m², pertencente à Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Platina, atribui-se o valor final de R\$ 1.600.000,00 (Um Milhão e Seiscentos Mil Reais), como valor atual do imóvel.
 - IMÓVEL L. FUJITA DE ALMEIDA 1: Imóvel residencial localizado na Rua A, 117, Residencial Santa Maria, imóvel pertencente à Empresa L. Fujita de Almeida Construção Civil & Incorporadora LTDA EPP, imóvel com área total de 180m² e 50m² de área construída, atribui-se o valor final de R\$ 137.000,00 (Cento e Trinta e Sete Mil Reais), como valor atual do imóvel.
 - IMÓVEL L. FUJITA DE ALMEIDA 2: Imóvel residencial localizado na Rua A, 125, Residencial Santa Maria, imóvel pertencente à Empresa L. Fujita de Almeida Construção Civil & Incorporadora LTDA EPP, imóvel com área total de 180m² e 50m² de área construída, atribui-se o valor final de R\$ 137.000,00 (Cento e Trinta e Sete Mil Reais), como valor atual do imóvel.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PLATINA-PR COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE BENS E IMÓVES

- IMÓVEL L. FUJITA DE ALMEIDA 3: Imóvel residencial localizado na Rua A, 133, Residencial Santa Maria, imóvel pertencente à Empresa L. Fujita de Almeida Construção Civil & Incorporadora LTDA EPP, imóvel com área total de 180m² e 50m² de área construída, atribui-se o valor final de R\$ 137.000,00 (Cento e Trinta e Sete Mil Reais), como valor atual do imóvel.
- IMÓVEL L. FUJITA DE ALMEIDA 4: Imóvel residencial localizado na Rua A, 141, Residencial Santa Maria, imóvel pertencente à Empresa L. Fujita de Almeida Construção Civil & Incorporadora LTDA EPP, imóvel com área total de 180m² e 50m² de área construída, atribui-se o valor final de R\$ 137.000,00 (Cento e Trinta e Sete Mil Reais), como valor atual do imóvel.
- IMÓVEL L. FUJITA DE ALMEIDA 5: Imóvel residencial localizado na Rua A, 149, Residencial Santa Maria, imóvel pertencente à Empresa L. Fujita de Almeida Construção Civil & Incorporadora LTDA EPP, imóvel com área total de 180m² e 50m² de área construída, atribui-se o valor final de R\$ 137.000,00 (Cento e Trinta e Sete Mil Reais), como valor atual do imóvel.
- IMÓVEL L. FUJITA DE ALMEIDA 6: Imóvel residencial localizado na Rua A, 277, Residencial Santa Maria, imóvel pertencente à Empresa L. Fujita de Almeida Construção Civil & Incorporadora LTDA EPP, imóvel com área total de 180m² e 50m² de área construída, atribui-se o valor final de R\$ 137.000,00 (Cento e Trinta e Sete Mil Reais), como valor atual do imóvel.
- IMÓVEL L. FUJITA DE ALMEIDA 7: Imóvel residencial localizado na Rua A, 285, Residencial Santa Maria, imóvel pertencente à Empresa L. Fujita de Almeida Construção Civil & Incorporadora LTDA EPP, imóvel com área total de 180m² e 50m² de área construída, atribui-se o valor final de R\$ 137.000,00 (Cento e Trinta e Sete Mil Reais), como valor atual do imóvel.
- IMÓVEL L. FUJITA DE ALMEIDA 8: Imóvel residencial localizado na Rua A, 293, Residencial Santa Maria, imóvel pertencente à Empresa L. Fujita de Almeida Construção Civil & Incorporadora LTDA EPP, imóvel com área total de 180m² e 50m² de área construída, atribui-se o valor final de R\$ 137.000,00 (Cento e Trinta e Sete Mil Reais), como valor atual do imóvel.
- IMÓVEL L. FUJITA DE ALMEIDA 9: Imóvel residencial localizado na Rua A, 301, Residencial Santa Maria, imóvel pertencente à Empresa L. Fujita de Almeida Construção Civil & Incorporadora LTDA EPP, imóvel com área total de 180m² e 50m² de área construída, atribui-se o valor final de R\$ 137.000,00 (Cento e Trinta e Sete Mil Reais), como valor atual do imóvel.
- IMÓVEL L. FUJITA DE ALMEIDA 10: Imóvel residencial localizado na Rua A, 309,
 Residencial Santa Maria, imóvel pertencente à Empresa L. Fujita de Almeida
 Construção Civil & Incorporadora LTDA EPP, imóvel com área total de 180m² e







PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PLATINA-PR COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE BENS E IMÓVES

50m² de área construída, atribui-se o valor final de R\$ 137.000,00 (Cento e Trinta e Sete Mil Reais), como valor atual do imóvel.

- IMÓVEL L. FUJITA DE ALMEIDA 11: Imóvel residencial localizado na Rua A, 317, Residencial Santa Maria, imóvel pertencente à Empresa L. Fujita de Almeida Construção Civil & Incorporadora LTDA EPP, imóvel com área total de 180m² e 50m² de área construída, atribui-se o valor final de R\$ 137.000,00 (Cento e Trinta e Sete Mil Reais), como valor atual do imóvel.
- 5. Ao final as áreas pertencentes ao município soma um valor de R\$ 4.622.000,00 (Quatro Milhões Seiscentos e Vinte e Dois Mil Reais), e os imóveis pertencentes à EMPRESA L. FUJITA DE ALMEIDA CONSTRUÇÃO CIVIL & INCORPORADORA LTDA EPP soma o valor de R\$ 1.507.000,00 (Um Milhão Quinhentos e Sete Mil Reais).
- 6. A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

CPABI, em 30/03/2023.

AMON TEODORO DE ALMEIDA Engenheiro Civil Presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Bens e Imóveis

JONAS TAVARES DE AVILLA Membro da Comissão Permanente de Avaliação de Bens e Imóveis

OSCAR ANDRÉ SCHAUFELBERGER
Membro da Comissão Permanente de Avaliação de Bens e Imóveis

Ref.: Protocolo nº 11751 /2023, de 29/03/2023.





LAUDO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEL URBANO

SANTO ANTÔNIO DA PLATINA – PR MARÇO – 2023



Data de referência: 16/03/2023

Endereço: Rua João Medeiros de Melo, Nº 0. Município: Santo Antônio da Platina - PR.

1. ESCALAS ADOTADAS NA ESTIMATIVA

Característica		Justificativa para a Escala Adotada	Extp. (%)	Mínimo Amostra	Máximo Amostra
Localização	3	Quanto maior a atratividade do local maior o valor;		2	7
Área total	2.887,00	Área total do imóvel, em m²;		100,42	10.700,00
Topografia	1	Área com aclives ou declives, com mais de 30% = 1; Área com aclives ou declives, entre 10% e 30% = 2; Área com aclives ou declives de até 10% = 3;		1	3
Aproveitamento	2.598,30	Área total aproveitável, em m²;		90,38	9.630,00
Zoneamento	5	Quanto maior o zoneamento, maior o valor final;		1	7
Pavimentação	1	Se o Lote avaliando não dispõe de pavimentação = 0; Se o Lote avaliando dispõe de pavimentação = 1;		0	1
Valor Total	1.066.840,93	Valor total do imóvel, em R\$;	2	25.000,00	3.000.000,00

2. INTERVALOS DE VALORES PARA ESTIMATIVA

	Valor Mínimo	Valor Estimado	Valor Máximo	Desvio Mínimo	Desvio Máximo	Desvio Total
Confiança (80 %)	307.216,69	1.066.840,93	411.634,74	-13,61%	15,75%	29,36%
Predição (80%)	233.587,87	1.066.840,93	541.385,40	-34,31%	52,24%	86,55%
Campo de Arbítrio	302.271,60	1.066.840,93	408.955,69	-15,00%	15,00%	30,00%

3. INTERVALOS DE VALORES PARA DECISÃO

	Mínimo (R\$)	Estimativa (R\$)	Máximo (R\$)
Confiança (80 %)	921.650,07	1.066.840,93	1.234.904,22
Predição (80%)	700.763,62	1.066.840,93	1.624.156,19
Campo de Arbítrio	906.814,79	1.066.840,93	1.226.867,07

4. VALOR DE AVALIAÇÃO

R\$ 1.060.000,00 (um milhão e sessenta mil reais)



5. INTERVALO ADMISSÍVEL PARA MÉDIA DE MERCADO

Mínimo (R\$): 921.650,07 **Arbitrado (R\$): 1.060.000,00** Máximo (R\$): 1.226.867,07

6. CLASSIFICAÇÃO QUANTO A PRECISÃO

Amplitude do intervalo de confiança para 80% de confiabilidade: 29,36 % Classificação para a estimativa: Grau III de Precisão



Data de referência: 16/03/2023

Endereço: Rua João Medeiros de Melo, Nº 657. Município: Santo Antônio da Platina - PR.

1. ESCALAS ADOTADAS NA ESTIMATIVA

Característica		Justificativa para a Escala Adotada	Extp. (%)	Mínimo Amostra	Máximo Amostra
Localização	3	Quanto maior a atratividade do local maior o valor;		2	7
Área total	6.752,00	Área total do imóvel, em m²;		100,42	10.700,00
Topografia	1	Área com aclives ou declives, com mais de 30% = 1; Área com aclives ou declives, entre 10% e 30% = 2; Área com aclives ou declives de até 10% = 3;		1	3
Aproveitamento	6.076,80	Área total aproveitável, em m²;		90,38	9.630,00
Zoneamento	5	Quanto maior o zoneamento, maior o valor final;		1	7
Pavimentação	0	Se o Lote avaliando não dispõe de pavimentação = 0; Se o Lote avaliando dispõe de pavimentação = 1;		0	1
Valor Total	1.614.064,67	Valor total do imóvel, em R\$;		25.000,00	3.000.000,00

2. INTERVALOS DE VALORES PARA ESTIMATIVA

	Valor Mínimo	Valor Estimado	Valor Máximo	Desvio Mínimo	Desvio Máximo	Desvio Total
Confiança (80 %)	444.425,83	1.614.064,67	651.328,47	-17,40%	21,06%	38,46%
Predição (80%)	347.230,63	1.614.064,67	833.645,34	-35,46%	54,95%	90,41%
Campo de Arbítrio	457.318,32	1.614.064,67	618.724,79	-15,00%	15,00%	30,00%

3. INTERVALOS DE VALORES PARA DECISÃO

	Mínimo (R\$)	Estimativa (R\$)	Máximo (R\$)
Confiança (80 %)	1.333.277,50	1.614.064,67	1.953.985,41
Predição (80%)	1.041.691,89	1.614.064,67	2.500.936,02
Campo de Arbítrio	1.371.954,97	1.614.064,67	1.856.174,37

4. VALOR DE AVALIAÇÃO

R\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais)



5. INTERVALO ADMISSÍVEL PARA MÉDIA DE MERCADO

Mínimo (R\$): 1.371.954,97 **Arbitrado (R\$): 1.600.000,00**Máximo (R\$): 1.856.174,37

6. CLASSIFICAÇÃO QUANTO A PRECISÃO

Amplitude do intervalo de confiança para 80% de confiabilidade: 38,46 % Classificação para a estimativa: Grau II de Precisão



Data de referência: 17/03/2023

Endereço: Ruben Joaquim Mendes, Nº 111. Município: Santo Antônio da Platina - PR.

1. ESCALAS ADOTADAS NA ESTIMATIVA

Característica		Justificativa para a Escala Adotada	Extp. (%)	Mínimo Amostra	Máximo Amostra
Localização	3	Quanto maior a atratividade do local maior o valor;		2	7
Área total	1.933,00	Área total do imóvel, em m²;		100,42	10.700,00
Topografia	1	Área com aclives ou declives, com mais de 30% = 1; Área com aclives ou declives,		1	3
		entre 10% e 30% = 2;			
		Área com aclives ou declives de até 10% = 3;			
Aproveitamento	1.739,70	Área total aproveitável, em m²;		90,38	9.630,00
Zoneamento	5	Quanto maior o zoneamento, maior o valor final;		1	7
Pavimentação	1	Se o Lote avaliando não dispõe de pavimentação = 0;		0	1
		Se o Lote avaliando dispõe de pavimentação = 1;			
Valor Total	724.585,93	Valor total do imóvel, em R\$;		25.000,00	3.000.000,00

2. INTERVALOS DE VALORES PARA ESTIMATIVA

	Valor Mínimo	Valor Estimado	Valor Máximo	Desvio Mínimo	Desvio Máximo	Desvio Total
Confiança (80 %)	209.239,36	724.585,93	278.800,73	-13,37%	15,43%	28,80%
Predição (80%)	158.802,59	724.585,93	367.349,70	-34,25%	52,09%	86,34%
Campo de Arbítrio	205.299,35	724.585,93	277.757,94	-15,00%	15,00%	30,00%

3. INTERVALOS DE VALORES PARA DECISÃO

<u> </u>	Mínimo (R\$)	Estimativa (R\$)	Máximo (R\$)
Confiança (80 %)	627.718,07	724.585,93	836.402,19
Predição (80%)	476.407,78	724.585,93	1.102.049,11
Campo de Arbítrio	615.898,04	724.585,93	833.273,82

4. VALOR DE AVALIAÇÃO

R\$ 725.000,00 (setecentos e vinte e cinco mil reais)

5. INTERVALO ADMISSÍVEL PARA MÉDIA DE MERCADO



Mínimo (R\$): 627.718,07 **Arbitrado (R\$): 725.000,00**Máximo (R\$): 833.273,82

6. CLASSIFICAÇÃO QUANTO A PRECISÃO

Amplitude do intervalo de confiança para 80% de confiabilidade: 28,80 % Classificação para a estimativa: Grau III de Precisão

Data de referência: 17/03/2023

Endereço: Rua Joel Pimentel, Nº 234, Riviera Park.

Município: Santo Antônio da Platina - PR.

1. ESCALAS ADOTADAS NA ESTIMATIVA

Característica		Justificativa para a Escala Adotada	Extp. (%)	Mínimo Amostra	Máximo Amostra
Localização	4	Quanto maior a atratividade do local maior o valor;		2	7
Área total	2.138,00	Área total do imóvel, em m²;		100,42	10.700,00
Topografia	1	Área com aclives ou declives, com mais de 30% = 1;		1	3
		Área com aclives ou declives, entre 10% e 30% = 2;			
		Área com aclives ou declives de até 10% = 3;			
Aproveitamento	1.661,00	Área total aproveitável descontando a permeabilidade e a área de servidão, em m²;		90,38	9.630,00
Zoneamento	2	Quanto maior o zoneamento, maior o valor final;		1	7
Pavimentação	1	Se o Lote avaliando não dispõe de pavimentação = 0; Se o Lote avaliando dispõe de pavimentação = 1;		0	1
Valor Total	637.509,94	Valor total do imóvel, em R\$;		25.000,00	3.000.000,00

2. INTERVALOS DE VALORES PARA ESTIMATIVA

	Valor Mínimo	Valor Estimado	Valor Máximo	Desvio Mínimo	Desvio Máximo	Desvio Total
Confiança (80 %)	140.567,16	637.509,94	180.704,95	-11,80%	13,38%	25,18%
Predição (80%)	105.397,51	637.509,94	241.003,63	-33,87%	51,22%	85,08%
Campo de Arbítrio	135.470,86	637.509,94	183.284,11	-15,00%	15,00%	30,00%

3. INTERVALOS DE VALORES PARA DECISÃO

	Mínimo (R\$)	Estimativa (R\$)	Máximo (R\$)
Confiança (80 %)	562.268,65	637.509,94	722.819,81
Predição (80%)	421.590,04	637.509,94	964.014,52
Campo de Arbítrio	541.883,45	637.509,94	733.136,43

4. VALOR DE AVALIAÇÃO



R\$ 637.000,00 (seiscentos e trinta e sete mil reais)

5. INTERVALO ADMISSÍVEL PARA MÉDIA DE MERCADO

Mínimo (R\$): 562.268,65 **Arbitrado (R\$):** 637.000,00

Máximo (R\$): 722.819,81

6. CLASSIFICAÇÃO QUANTO A PRECISÃO

Amplitude do intervalo de confiança para 80% de confiabilidade: 25,18 % Classificação para a estimativa: Grau III de Precisão



Data de referência: 17/03/2023

Endereço: Rua Joel Pimentel, Nº 138, Riviera Park.

Município: Santo Antônio da Platina - PR.

1. ESCALAS ADOTADAS NA ESTIMATIVA

Característica		Justificativa para a Escala Adotada	Extp. (%)	Mínimo Amostra	Máximo Amostra
Localização	4	Quanto maior a atratividade do local maior o valor;		2	7
Área total	1.850,00	Área total do imóvel, em m²;		100,42	10.700,00
Topografia	2	Área com aclives ou declives, com mais de 30% = 1;		1	3
		Área com aclives ou declives, entre 10% e 30% = 2;			
		Área com aclives ou declives de até 10% = 3;			
Aproveitamento	1.473,00	Área total aproveitável descontando a permeabilidade e área de servidão, em m²;		90,38	9.630,00
Zoneamento	2	Quanto maior o zoneamento, maior o valor final;		1	7
Pavimentação	1	Se o Lote avaliando não dispõe de pavimentação = 0; Se o Lote avaliando dispõe de pavimentação = 1;		0	1
Valor Total	604.654,02	Valor total do imóvel, em R\$;		25.000,00	3.000.000,00

2. INTERVALOS DE VALORES PARA ESTIMATIVA

	Valor Mínimo	Valor Estimado	Valor Máximo	Desvio Mínimo	Desvio Máximo	Desvio Total
Confiança (80 %)	135.671,99	604.654,02	168.423,89	-10,25%	11,42%	21,67%
Predição (80%)	100.463,20	604.654,02	227.450,50	-33,54%	50,47%	84,01%
Campo de Arbítrio	128.488,98	604.654,02	173.838,03	-15,00%	15,00%	30,00%

3. INTERVALOS DE VALORES PARA DECISÃO

	Mínimo (R\$)	Estimativa (R\$)	Máximo (R\$)
Confiança (80 %)	542.687,96	604.654,02	673.695,58
Predição (80%)	401.852,80	604.654,02	909.801,99
Campo de Arbítrio	513.955,92	604.654,02	695.352,12

4. VALOR DE AVALIAÇÃO



R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais)

5. INTERVALO ADMISSÍVEL PARA MÉDIA DE MERCADO

542.687,96 Mínimo (R\$): Arbitrado (R\$): 600.000,00 673.695,58 Máximo (R\$):

6. CLASSIFICAÇÃO QUANTO A PRECISÃO

Amplitude do intervalo de confiança para 80% de confiabilidade: 21,67 % Classificação para a estimativa: Grau III de Precisão

7. ENCERRAMENTO.

Este signatário apresenta o presente trabalho concluído, segue devidamente datado e assinado, colocando-se a disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Santo Ant. da Platina – PR, 17 de Março de 2023.

Amon Teodoro de Almeida Eng. Civil CREA: 190213/D





LAUDO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEL URBANO





Data de referência: 16/03/2023

Endereço: Rua A, Lote 6, nº 117, Residencial Santa Maria.

Município: Santo Antônio da Platina - PR.

Característica		Justificativa para a Escala Adotada	Extp. (%)	Mínimo Amostra	Máximo Amostra
Área construída	50,00	Área total construída, em m²;		42,00	720,00
Área terreno	180,00	Área total do terreno, em m²;		70,00	2.645,00
Sanitários	1,0	Número total de Banheiros no imóvel; Quando imóvel contar com lavabo, banheiro de empregados, contar como 0,5;		1,0	7,0
Suites	0	Se o imóvel avaliando não dispõe de suíte = 0; Se o imóvel avaliando dispõe de suíte = 1;		0	1
Piscina	0	Imóvel não dispõe de piscina = 0; Imóvel dispõe de piscina = 1;		0	1
Garagem	0	Se o imóvel avaliando não dispõe de garagem coberta = 0; Se o imóvel avaliando dispõe de garagem coberta = 1;		0	1
Padrão Construtivo	4	Imóvel em alvenaria ou madeira, sem acabamento, sem forro, telhado em fibrocimento ou cerâmica, sem pintura = 1; Imóvel em alvenaria ou madeira, com acabamento cerâmico, sem laje, sem forro, telhado em fibrocimento ou cerâmico, pintura desgastada = 2; Imóvel em alvenaria ou madeira, com acabamento em piso cerâmico, parte em laje ou forro de PVC /madeira, telhado em telha cerâmica ou concreto, pintura em látex = 3; Imóvel em alvenaria ou madeira, com acabamento cerâmico, laje em concreto		1	6

Valor Total

4.900.000,00

58.000,00

		armado, telhado em telha cerâmica ou concreto, pintado ou parcialmente pintado = 4; Imóvel todo em alvenaria, com acabamento em piso cerâmico, laje em concreto armado, telhado em telha cerâmica ou concreto, pintura em látex = 5; Imóvel todo em alvenaria, com acabamento em porcelanato, laje em concreto armado, telhado em telha cerâmica ou concreto, pintura em látex = 6;		
Conservação		Imóvel avaliando com problemas sérios (Reparos Graves) = 1; Imóvel avaliando com alguns problemas (Reparos Simples) = 2; Imóvel avaliando com algumas avarias (Regular) = 3; Imóvel avaliando em ótimo estado de conservação (Novo) = 4;	1	4
Localização	_	Quanto maior a atratividade do local maior o valor;	1	7

2. INTERVALOS DE VALORES PARA ESTIMATIVA

	Valor Mínimo	Valor Estimado	Valor Máximo	Desvio Mínimo	Desvio Máximo	Desvio Total
Confiança (80 %)	2.492,75	137.724,81	3.043,72	-9,50%	10,50%	20,00%
Predição (80%)	1.963,12	137.724,81	3.864,90	-28,73%	40,31%	69,04%
Campo de Arbítrio	2.341,32	137.724,81	3.167,67	-15,00%	15,00%	30,00%

137.724,81 Valor total do imóvel, em R\$;

3. INTERVALOS DE VALORES PARA DECISÃO

	Mínimo (R\$)	Estimativa (R\$)	Máximo (R\$)
Confiança (80 %)	124.637,59	137.724,81	152.186,20
Predição (80%)	98.155,86	137.724,81	193.244,93
Campo de Arbítrio	117.066,09	137.724,81	158.383,53

4. VALOR DE AVALIAÇÃO

R\$ 137.000,00 (cento e trinta e sete mil reais)



5. INTERVALO ADMISSÍVEL PARA MÉDIA DE MERCADO

Mínimo (R\$): 124.637,59 **Arbitrado (R\$): 137.000,00**Máximo (R\$): 152.186,20

6. CLASSIFICAÇÃO QUANTO A PRECISÃO

Amplitude do intervalo de confiança para 80% de confiabilidade: 20,00 % Classificação para a estimativa: Grau III de Precisão



Data de referência: 16/03/2023

Endereço: Rua A, Lote 7, nº 125, Residencial Santa Maria.

Município: Santo Antônio da Platina - PR.

Característica		Justificativa para a Escala Adotada	Extp. (%)	Mínimo Amostra	Máximo Amostra
Área construída	50,00	Área total construída, em m²;		42,00	720,00
Área terreno	180,00	Área total do terreno, em m²;		70,00	2.645,00
Sanitários	1,0	Número total de Banheiros no imóvel; Quando imóvel contar com lavabo, banheiro de empregados, contar como 0,5;		1,0	7,0
Suites	0	Se o imóvel avaliando não dispõe de suíte = 0; Se o imóvel avaliando dispõe de suíte = 1;		0	1
Piscina	0	Imóvel não dispõe de piscina = 0; Imóvel dispõe de piscina = 1;		0	1
Garagem	0	Se o imóvel avaliando não dispõe de garagem coberta = 0; Se o imóvel avaliando dispõe de garagem coberta = 1;		0	1
Padrão Construtivo	4	Imóvel em alvenaria ou madeira, sem acabamento, sem forro, telhado em fibrocimento ou cerâmica, sem pintura = 1; Imóvel em alvenaria ou madeira, com acabamento cerâmico, sem laje, sem forro, telhado em fibrocimento ou cerâmico, pintura desgastada = 2; Imóvel em alvenaria ou madeira, com acabamento em piso cerâmico, parte em laje ou forro de PVC /madeira, telhado em telha cerâmica ou concreto, pintura em látex = 3; Imóvel em alvenaria ou madeira, com acabamento cerâmico, laje em concreto		1	6



armado, telhado em telha cerâmica ou concreto, pintado ou parcialmente pintado = 4; Imóvel todo em alvenaria, com acabamento em piso cerâmico, laje em concreto armado, telhado em telha cerâmica ou concreto, pintura em látex = 5; Imóvel todo em alvenaria, com acabamento em porcelanato, laje em concreto armado, telhado em telha cerâmica ou concreto, pintura em látex = 6; Conservação 4 Imóvel avaliando com 1 4 problemas sérios (Reparos Graves) = 1; Imóvel avaliando com alguns problemas (Reparos Simples) = 2; Imóvel avaliando com algumas avarias (Regular) = 3; Imóvel avaliando em ótimo estado de conservação (Novo) = 4; 7 Localização 2 Quanto maior a atratividade do 1 local maior o valor; Valor Total 137.724,81 Área total do imóvel, em m²; 58.000,00 4.900.000,00

2. INTERVALOS DE VALORES PARA ESTIMATIVA

	Valor Mínimo	Valor Estimado	Valor Máximo	Desvio Mínimo	Desvio Máximo	Desvio Total
Confiança (80 %)	2.492,75	137.724,81	3.043,72	-9,50%	10,50%	20,00%
Predição (80%)	1.963,12	137.724,81	3.864,90	-28,73%	40,31%	69,04%
Campo de Arbítrio	2.341,32	137.724,81	3.167,67	-15,00%	15,00%	30,00%

3. INTERVALOS DE VALORES PARA DECISÃO

	Mínimo (R\$)	Estimativa (R\$)	Máximo (R\$)
Confiança (80 %)	124.637,59	137.724,81	152.186,20
Predição (80%)	98.155,86	137.724,81	193.244,93
Campo de Arbítrio	117.066,09	137.724,81	158.383,53

4. VALOR DE AVALIAÇÃO

R\$ 137.000,00 (cento e trinta e sete mil reais)





5. INTERVALO ADMISSÍVEL PARA MÉDIA DE MERCADO

Mínimo (R\$): 124.637,59 **Arbitrado (R\$): 137.000,00**Máximo (R\$): 152.186,20

6. CLASSIFICAÇÃO QUANTO A PRECISÃO

Amplitude do intervalo de confiança para 80% de confiabilidade: 20,00 % Classificação para a estimativa: Grau III de Precisão



Data de referência: 16/03/2023

Endereço: Rua A, Lote 8, nº 133, Residencial Santa Maria.

Município: Santo Antônio da Platina - PR.

Característica		Justificativa para a Escala Adotada	Extp. (%)	Mínimo Amostra	Máximo Amostra
Área construída	50,00	Área total construída, em m²;		42,00	720,00
Área terreno	180,00	Área total do terreno, em m²;		70,00	2.645,00
Sanitários	1,0	Número total de Banheiros no imóvel; Quando imóvel contar com lavabo, banheiro de empregados, contar como 0,5;		1,0	7,0
Suites	0	Se o imóvel avaliando não dispõe de suíte = 0; Se o imóvel avaliando dispõe de suíte = 1;		0	1
Piscina	0	Imóvel não dispõe de piscina = 0; Imóvel dispõe de piscina = 1;		0	1
Garagem	0	Se o imóvel avaliando não dispõe de garagem coberta = 0; Se o imóvel avaliando dispõe de garagem coberta = 1;		0	1
Padrão Construtivo	4	Imóvel em alvenaria ou madeira, sem acabamento, sem forro, telhado em fibrocimento ou cerâmica, sem pintura = 1; Imóvel em alvenaria ou madeira, com acabamento cerâmico, sem laje, sem forro, telhado em fibrocimento ou cerâmico, pintura desgastada = 2; Imóvel em alvenaria ou madeira, com acabamento em piso cerâmico, parte em laje ou forro de PVC /madeira, telhado em telha cerâmica ou concreto, pintura em látex = 3; Imóvel em alvenaria ou madeira, com acabamento cerâmico, laje em concreto		1	6



armado, telhado em telha cerâmica ou concreto, pintado ou parcialmente pintado = 4; Imóvel todo em alvenaria, com acabamento em piso cerâmico, laje em concreto armado, telhado em telha cerâmica ou concreto, pintura em látex = 5; Imóvel todo em alvenaria, com acabamento em porcelanato, laje em concreto armado, telhado em telha cerâmica ou concreto, pintura em látex = 6; Conservação 4 Imóvel avaliando com 1 4 problemas sérios (Reparos Graves) = 1; Imóvel avaliando com alguns problemas (Reparos Simples) = 2; Imóvel avaliando com algumas avarias (Regular) = 3; Imóvel avaliando em ótimo estado de conservação (Novo) = 4; 7 Localização 2 Quanto maior a atratividade do 1 local maior o valor; Valor Total 137.724,81 Área total do imóvel, em m²; 58.000,00 4.900.000,00

2. INTERVALOS DE VALORES PARA ESTIMATIVA

	Valor Mínimo	Valor Estimado	Valor Máximo	Desvio Mínimo	Desvio Máximo	Desvio Total
Confiança (80 %)	2.492,75	137.724,81	3.043,72	-9,50%	10,50%	20,00%
Predição (80%)	1.963,12	137.724,81	3.864,90	-28,73%	40,31%	69,04%
Campo de Arbítrio	2.341,32	137.724,81	3.167,67	-15,00%	15,00%	30,00%

3. INTERVALOS DE VALORES PARA DECISÃO

	Mínimo (R\$)	Estimativa (R\$)	Máximo (R\$)
Confiança (80 %)	124.637,59	137.724,81	152.186,20
Predição (80%)	98.155,86	137.724,81	193.244,93
Campo de Arbítrio	117.066,09	137.724,81	158.383,53

4. VALOR DE AVALIAÇÃO

R\$ 137.000,00 (cento e trinta e sete mil reais)





5. INTERVALO ADMISSÍVEL PARA MÉDIA DE MERCADO

Mínimo (R\$): 124.637,59 **Arbitrado (R\$): 137.000,00**Máximo (R\$): 152.186,20

6. CLASSIFICAÇÃO QUANTO A PRECISÃO

Amplitude do intervalo de confiança para 80% de confiabilidade: 20,00 % Classificação para a estimativa: Grau III de Precisão



Data de referência: 17/03/2023

Endereço: Rua A, Lote 9, nº 141, Residencial Santa Maria.

Município: Santo Antônio da Platina - PR.

Característica		Justificativa para a Escala Adotada	Extp. (%)	Mínimo Amostra	Máximo Amostra
Área construída	50,00	Área total construída, em m²;		42,00	720,00
Área terreno	180,00	Área total do terreno, em m²;		70,00	2.645,00
Sanitários	1,0	Número total de Banheiros no imóvel; Quando imóvel contar com lavabo, banheiro de empregados, contar como 0,5;		1,0	7,0
Suites	0	Se o imóvel avaliando não dispõe de suíte = 0; Se o imóvel avaliando dispõe de suíte = 1;		0	1
Piscina	0	Imóvel não dispõe de piscina = 0; Imóvel dispõe de piscina = 1;		0	1
Garagem	0	Se o imóvel avaliando não dispõe de garagem coberta = 0; Se o imóvel avaliando dispõe de garagem coberta = 1;		0	1
Padrão Construtivo	4	Imóvel em alvenaria ou madeira, sem acabamento, sem forro, telhado em fibrocimento ou cerâmica, sem pintura = 1; Imóvel em alvenaria ou madeira, com acabamento cerâmico, sem laje, sem forro, telhado em fibrocimento ou cerâmico, pintura desgastada = 2; Imóvel em alvenaria ou madeira, com acabamento em piso cerâmico, parte em laje ou forro de PVC /madeira, telhado em telha cerâmica ou concreto, pintura em látex = 3; Imóvel em alvenaria ou madeira, com acabamento cerâmico, laje em concreto		1	6

Conservação

Localização

Valor Total

4

7

4.900.000,00

1

58.000,00

armado, telhado em telha cerâmica ou concreto, pintado ou parcialmente pintado = 4; Imóvel todo em alvenaria, com acabamento em piso cerâmico, laje em concreto armado, telhado em telha cerâmica ou concreto, pintura em látex = 5; Imóvel todo em alvenaria, com acabamento em porcelanato, laje em concreto armado, telhado em telha cerâmica ou concreto, pintura em látex = 6; 4 Imóvel avaliando com 1 problemas sérios (Reparos Graves) = 1; Imóvel avaliando com alguns problemas (Reparos Simples) = 2; Imóvel avaliando com algumas avarias (Regular) = 3; Imóvel avaliando em ótimo

2. INTERVALOS DE VALORES PARA ESTIMATIVA

= 4;

	Valor Mínimo	Valor Estimado	Valor Máximo	Desvio Mínimo	Desvio Máximo	Desvio Total
Confiança (80 %)	2.492,75	137.724,81	3.043,72	-9,50%	10,50%	20,00%
Predição (80%)	1.963,12	137.724,81	3.864,90	-28,73%	40,31%	69,04%
Campo de Arbítrio	2.341,32	137.724,81	3.167,67	-15,00%	15,00%	30,00%

estado de conservação (Novo)

2 Quanto maior a atratividade do

local maior o valor;

137.724,81 Área total do imóvel, em m²;

3. INTERVALOS DE VALORES PARA DECISÃO

	Mínimo (R\$)	Estimativa (R\$)	Máximo (R\$)
Confiança (80 %)	124.637,59	137.724,81	152.186,20
Predição (80%)	98.155,86	137.724,81	193.244,93
Campo de Arbítrio	117.066,09	137.724,81	158.383,53

4. VALOR DE AVALIAÇÃO

R\$ 137.000,00 (cento e trinta e sete mil reais)



5. INTERVALO ADMISSÍVEL PARA MÉDIA DE MERCADO

Mínimo (R\$): 124.637,59 **Arbitrado (R\$): 137.000,00**Máximo (R\$): 152.186,20

6. CLASSIFICAÇÃO QUANTO A PRECISÃO

Amplitude do intervalo de confiança para 80% de confiabilidade: 20,00 % Classificação para a estimativa: Grau III de Precisão



Data de referência: 17/03/2023

Endereço: Rua A, Lote 10, nº 149, Residencial Santa Maria.

Município: Santo Antônio da Platina - PR.

Característica		Justificativa para a Escala Adotada	Extp. (%)	Mínimo Amostra	Máximo Amostra
Área construída	50,00	Área total construída, em m²;		42,00	720,00
Área terreno	180,00	Área total do terreno, em m²;		70,00	2.645,00
Sanitários	1,0	Número total de Banheiros no imóvel; Quando imóvel contar com lavabo, banheiro de empregados, contar como 0,5;		1,0	7,0
Suites	0	Se o imóvel avaliando não dispõe de suíte = 0; Se o imóvel avaliando dispõe de suíte = 1;		0	1
Piscina	0	Imóvel não dispõe de piscina = 0; Imóvel dispõe de piscina = 1;		0	1
Garagem	0	Se o imóvel avaliando não dispõe de garagem coberta = 0; Se o imóvel avaliando dispõe de garagem coberta = 1;		0	1
Padrão Construtivo	4	Imóvel em alvenaria ou madeira, sem acabamento, sem forro, telhado em fibrocimento ou cerâmica, sem pintura = 1; Imóvel em alvenaria ou madeira, com acabamento cerâmico, sem laje, sem forro, telhado em fibrocimento ou cerâmico, pintura desgastada = 2; Imóvel em alvenaria ou madeira, com acabamento em piso cerâmico, parte em laje ou forro de PVC /madeira, telhado em telha cerâmica ou concreto, pintura em látex = 3; Imóvel em alvenaria ou madeira, com acabamento cerâmico, laje em concreto		1	6



armado, telhado em telha cerâmica ou concreto, pintado ou parcialmente pintado = 4; Imóvel todo em alvenaria, com acabamento em piso cerâmico, laje em concreto armado, telhado em telha cerâmica ou concreto, pintura em látex = 5; Imóvel todo em alvenaria, com acabamento em porcelanato, laje em concreto armado, telhado em telha cerâmica ou concreto, pintura em látex = 6; Conservação 4 Imóvel avaliando com 1 4 problemas sérios (Reparos Graves) = 1; Imóvel avaliando com alguns problemas (Reparos Simples) = 2; Imóvel avaliando com algumas avarias (Regular) = 3; Imóvel avaliando em ótimo estado de conservação (Novo) = 4; 7 Localização 2 Quanto maior a atratividade do 1 local maior o valor; Valor Total 137.724,81 Área total do imóvel, em m²; 58.000,00 4.900.000,00

2. INTERVALOS DE VALORES PARA ESTIMATIVA

	Valor Mínimo	Valor Estimado	Valor Máximo	Desvio Mínimo	Desvio Máximo	Desvio Total
Confiança (80 %)	2.492,75	137.724,81	3.043,72	-9,50%	10,50%	20,00%
Predição (80%)	1.963,12	137.724,81	3.864,90	-28,73%	40,31%	69,04%
Campo de Arbítrio	2.341,32	137.724,81	3.167,67	-15,00%	15,00%	30,00%

3. INTERVALOS DE VALORES PARA DECISÃO

	Mínimo (R\$)	Estimativa (R\$)	Máximo (R\$)
Confiança (80 %)	124.637,59	137.724,81	152.186,20
Predição (80%)	98.155,86	137.724,81	193.244,93
Campo de Arbítrio	117.066,09	137.724,81	158.383,53

4. VALOR DE AVALIAÇÃO

R\$ 137.000,00 (cento e trinta e sete mil reais)





5. INTERVALO ADMISSÍVEL PARA MÉDIA DE MERCADO

Mínimo (R\$): 124.637,59 **Arbitrado (R\$): 137.000,00**Máximo (R\$): 152.186,20

6. CLASSIFICAÇÃO QUANTO A PRECISÃO

Amplitude do intervalo de confiança para 80% de confiabilidade: 20,00 % Classificação para a estimativa: Grau III de Precisão



Data de referência: 17/03/2023

Endereço: Rua A, Lote 7, nº 277, Residencial Santa Maria.

Município: Santo Antônio da Platina - PR.

Característica		Justificativa para a Escala Adotada	Extp. (%)	Mínimo Amostra	Máximo Amostra
Área construída	50,00	Área total construída, em m²;		42,00	720,00
Área terreno	180,00	Área total do terreno, em m²;		70,00	2.645,00
Sanitários	1,0	Número total de Banheiros no imóvel; Quando imóvel contar com lavabo, banheiro de empregados, contar como 0,5;		1,0	7,0
Suites	0	Se o imóvel avaliando não dispõe de suíte = 0; Se o imóvel avaliando dispõe de suíte = 1;		0	1
Piscina	0	Imóvel não dispõe de piscina = 0; Imóvel dispõe de piscina = 1;		0	1
Garagem	0	Se o imóvel avaliando não dispõe de garagem coberta = 0; Se o imóvel avaliando dispõe de garagem coberta = 1;		0	1
Padrão Construtivo	4	Imóvel em alvenaria ou madeira, sem acabamento, sem forro, telhado em fibrocimento ou cerâmica, sem pintura = 1; Imóvel em alvenaria ou madeira, com acabamento cerâmico, sem laje, sem forro, telhado em fibrocimento ou cerâmico, pintura desgastada = 2; Imóvel em alvenaria ou madeira, com acabamento em piso cerâmico, parte em laje ou forro de PVC /madeira, telhado em telha cerâmica ou concreto, pintura em látex = 3; Imóvel em alvenaria ou madeira, com acabamento cerâmico, laje em concreto		1	6



armado, telhado em telha cerâmica ou concreto, pintado ou parcialmente pintado = 4; Imóvel todo em alvenaria, com acabamento em piso cerâmico, laje em concreto armado, telhado em telha cerâmica ou concreto, pintura em látex = 5; Imóvel todo em alvenaria, com acabamento em porcelanato, laje em concreto armado, telhado em telha cerâmica ou concreto, pintura em látex = 6; Conservação 4 Imóvel avaliando com 1 4 problemas sérios (Reparos Graves) = 1; Imóvel avaliando com alguns problemas (Reparos Simples) = 2; Imóvel avaliando com algumas avarias (Regular) = 3; Imóvel avaliando em ótimo estado de conservação (Novo) = 4; 7 Localização 2 Quanto maior a atratividade do 1 local maior o valor; Valor Total 137.724,81 Área total do imóvel, em m²; 58.000,00 4.900.000,00

2. INTERVALOS DE VALORES PARA ESTIMATIVA

	Valor Mínimo	Valor Estimado	Valor Máximo	Desvio Mínimo	Desvio Máximo	Desvio Total
Confiança (80 %)	2.492,75	137.724,81	3.043,72	-9,50%	10,50%	20,00%
Predição (80%)	1.963,12	137.724,81	3.864,90	-28,73%	40,31%	69,04%
Campo de Arbítrio	2.341,32	137.724,81	3.167,67	-15,00%	15,00%	30,00%

3. INTERVALOS DE VALORES PARA DECISÃO

	Mínimo (R\$)	Estimativa (R\$)	Máximo (R\$)
Confiança (80 %)	124.637,59	137.724,81	152.186,20
Predição (80%)	98.155,86	137.724,81	193.244,93
Campo de Arbítrio	117.066,09	137.724,81	158.383,53

4. VALOR DE AVALIAÇÃO

R\$ 137.000,00 (cento e trinta e sete mil reais)





5. INTERVALO ADMISSÍVEL PARA MÉDIA DE MERCADO

Mínimo (R\$): 124.637,59 **Arbitrado (R\$): 137.000,00**Máximo (R\$): 152.186,20

6. CLASSIFICAÇÃO QUANTO A PRECISÃO

Amplitude do intervalo de confiança para 80% de confiabilidade: 20,00 % Classificação para a estimativa: Grau III de Precisão



Data de referência: 17/03/2023

Endereço: Rua A, Lote 80, nº 285, Residencial Santa Maria.

Município: Santo Antônio da Platina - PR.

Característica		Justificativa para a Escala Adotada	Extp. (%)	Mínimo Amostra	Máximo Amostra
Área construída	50,00	Área total construída, em m²;		42,00	720,00
Área terreno	180,00	Área total do terreno, em m²;		70,00	2.645,00
Sanitários	1,0	Número total de Banheiros no imóvel; Quando imóvel contar com lavabo, banheiro de empregados, contar como 0,5;		1,0	7,0
Suites	0	Se o imóvel avaliando não dispõe de suíte = 0; Se o imóvel avaliando dispõe de suíte = 1;		0	1
Piscina	0	Imóvel não dispõe de piscina = 0; Imóvel dispõe de piscina = 1;		0	1
Garagem	0	Se o imóvel avaliando não dispõe de garagem coberta = 0; Se o imóvel avaliando dispõe de garagem coberta = 1;		0	1
Padrão Construtivo	4	Imóvel em alvenaria ou madeira, sem acabamento, sem forro, telhado em fibrocimento ou cerâmica, sem pintura = 1; Imóvel em alvenaria ou madeira, com acabamento cerâmico, sem laje, sem forro, telhado em fibrocimento ou cerâmico, pintura desgastada = 2; Imóvel em alvenaria ou madeira, com acabamento em piso cerâmico, parte em laje ou forro de PVC /madeira, telhado em telha cerâmica ou concreto, pintura em látex = 3; Imóvel em alvenaria ou madeira, com acabamento cerâmico, laje em concreto		1	6



armado, telhado em telha cerâmica ou concreto, pintado ou parcialmente pintado = 4; Imóvel todo em alvenaria, com acabamento em piso cerâmico, laje em concreto armado, telhado em telha cerâmica ou concreto, pintura em látex = 5; Imóvel todo em alvenaria, com acabamento em porcelanato, laje em concreto armado, telhado em telha cerâmica ou concreto, pintura em látex = 6; Conservação 4 Imóvel avaliando com 1 4 problemas sérios (Reparos Graves) = 1; Imóvel avaliando com alguns problemas (Reparos Simples) = 2; Imóvel avaliando com algumas avarias (Regular) = 3; Imóvel avaliando em ótimo estado de conservação (Novo) = 4; 7 Localização 2 Quanto maior a atratividade do 1 local maior o valor; Valor Total 137.724,81 Área total do imóvel, em m²; 58.000,00 4.900.000,00

2. INTERVALOS DE VALORES PARA ESTIMATIVA

	Valor Mínimo	Valor Estimado	Valor Máximo	Desvio Mínimo	Desvio Máximo	Desvio Total
	IVIIIIIIII	LStilliauu	ΙνιαλίΙΤΙΟ	IVIIIIIIII	ΙνιαλίΙΤΙΟ	1 Otal
Confiança (80 %)	2.492,75	137.724,81	3.043,72	-9,50%	10,50%	20,00%
Predição (80%)	1.963,12	137.724,81	3.864,90	-28,73%	40,31%	69,04%
Campo de Arbítrio	2.341,32	137.724,81	3.167,67	-15,00%	15,00%	30,00%

3. INTERVALOS DE VALORES PARA DECISÃO

	Mínimo (R\$) Estimativa (R\$)		Máximo (R\$)	
Confiança (80 %)	124.637,59	137.724,81	152.186,20	
Predição (80%)	98.155,86	137.724,81	193.244,93	
Campo de Arbítrio	117.066,09	137.724,81	158.383,53	

4. VALOR DE AVALIAÇÃO

R\$ 137.000,00 (cento e trinta e sete mil reais)





5. INTERVALO ADMISSÍVEL PARA MÉDIA DE MERCADO

Mínimo (R\$): 124.637,59 **Arbitrado (R\$): 137.000,00**Máximo (R\$): 152.186,20

6. CLASSIFICAÇÃO QUANTO A PRECISÃO

Amplitude do intervalo de confiança para 80% de confiabilidade: 20,00 % Classificação para a estimativa: Grau III de Precisão



Data de referência: 17/03/2023

Endereço: Rua A, Lote 9, nº 293, Residencial Santa Maria.

Município: Santo Antônio da Platina - PR.

Característica		Justificativa para a Escala Adotada	Extp. (%)	Mínimo Amostra	Máximo Amostra
Área construída	50,00	Área total construída, em m²;		42,00	720,00
Área terreno	180,00	Área total do terreno, em m²;		70,00	2.645,00
Sanitários	1,0	Número total de Banheiros no imóvel; Quando imóvel contar com lavabo, banheiro de empregados, contar como 0,5;		1,0	7,0
Suites	0	Se o imóvel avaliando não dispõe de suíte = 0; Se o imóvel avaliando dispõe de suíte = 1;		0	1
Piscina	0	Imóvel não dispõe de piscina = 0; Imóvel dispõe de piscina = 1;		0	1
Garagem	0	Se o imóvel avaliando não dispõe de garagem coberta = 0; Se o imóvel avaliando dispõe de garagem coberta = 1;		0	1
Padrão Construtivo	4	Imóvel em alvenaria ou madeira, sem acabamento, sem forro, telhado em fibrocimento ou cerâmica, sem pintura = 1; Imóvel em alvenaria ou madeira, com acabamento cerâmico, sem laje, sem forro, telhado em fibrocimento ou cerâmico, pintura desgastada = 2; Imóvel em alvenaria ou madeira, com acabamento em piso cerâmico, parte em laje ou forro de PVC /madeira, telhado em telha cerâmica ou concreto, pintura em látex = 3; Imóvel em alvenaria ou madeira, com acabamento cerâmico, laje em concreto		1	6

Conservação

Localização

Valor Total

	t/n6/1750h07dah8h
E DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 30/03/2023 11:24-03:00-03	CONFEDENCIA DO SELL CONTELÍDO ACESSE https://cratondo.not/n6/1250h07dah8h
I ASSINADO EM: 30/	OCELLCONTELING
E DOCUMENTO FO	A CONFERPÊNCIA P

7

4.900.000,00

1

58.000,00

	armado, telhado em telha cerâmica ou concreto, pintado ou parcialmente pintado = 4; Imóvel todo em alvenaria, com acabamento em piso cerâmico, laje em concreto armado, telhado em telha cerâmica ou concreto, pintura em látex = 5; Imóvel todo em alvenaria, com acabamento em porcelanato, laje em concreto armado, telhado em telha cerâmica ou concreto, pintura em látex = 6;		
4	Imóvel avaliando com problemas sérios (Reparos Graves) = 1; Imóvel avaliando com alguns problemas (Reparos Simples) = 2; Imóvel avaliando com algumas avarias (Regular) = 3;	1	4
	Imóvel avaliando em ótimo estado de conservação (Novo)		

2. INTERVALOS DE VALORES PARA ESTIMATIVA

= 4;

	Valor Mínimo	Valor Estimado	Valor Máximo	Desvio Mínimo	Desvio Máximo	Desvio Total
Confiança (80 %)	2.492,75	137.724,81	3.043,72	-9,50%	10,50%	20,00%
Predição (80%)	1.963,12	137.724,81	3.864,90	-28,73%	40,31%	69,04%
Campo de Arbítrio	2.341,32	137.724,81	3.167,67	-15,00%	15,00%	30,00%

2 Quanto maior a atratividade do

local maior o valor;

137.724,81 Área total do imóvel, em m²;

3. INTERVALOS DE VALORES PARA DECISÃO

	Mínimo (R\$)	Estimativa (R\$)	Máximo (R\$)
Confiança (80 %)	124.637,59	137.724,81	152.186,20
Predição (80%)	98.155,86	137.724,81	193.244,93
Campo de Arbítrio	117.066,09	137.724,81	158.383,53

4. VALOR DE AVALIAÇÃO

R\$ 137.000,00 (cento e trinta e sete mil reais)



5. INTERVALO ADMISSÍVEL PARA MÉDIA DE MERCADO

Mínimo (R\$): 124.637,59 **Arbitrado (R\$): 137.000,00**Máximo (R\$): 152.186,20

6. CLASSIFICAÇÃO QUANTO A PRECISÃO

Amplitude do intervalo de confiança para 80% de confiabilidade: 20,00 % Classificação para a estimativa: Grau III de Precisão



Data de referência: 17/03/2023

Endereço: Rua A, Lote 10, nº 301, Residencial Santa Maria.

Município: Santo Antônio da Platina - PR.

1. ESCALAS ADOTADAS NA ESTIMATIVA

Característica		Justificativa para a Escala Adotada	Extp. (%)	Mínimo Amostra	Máximo Amostra
Área construída	50,00	Área total construída, em m²;		42,00	720,00
Área terreno	180,00	Área total do terreno, em m²;		70,00	2.645,00
Sanitários	1,0	Número total de Banheiros no imóvel; Quando imóvel contar com lavabo, banheiro de empregados, contar como 0,5;		1,0	7,0
Suites	0	Se o imóvel avaliando não dispõe de suíte = 0; Se o imóvel avaliando dispõe de suíte = 1;		0	1
Piscina	0	Imóvel não dispõe de piscina = 0; Imóvel dispõe de piscina = 1;		0	1
Garagem	0	Se o imóvel avaliando não dispõe de garagem coberta = 0; Se o imóvel avaliando dispõe de garagem coberta = 1;		0	1
Padrão Construtivo	4	Imóvel em alvenaria ou madeira, sem acabamento, sem forro, telhado em fibrocimento ou cerâmica, sem pintura = 1; Imóvel em alvenaria ou madeira, com acabamento cerâmico, sem laje, sem forro, telhado em fibrocimento ou cerâmico, pintura desgastada = 2; Imóvel em alvenaria ou madeira, com acabamento em piso cerâmico, parte em laje ou forro de PVC /madeira, telhado em telha cerâmica ou concreto, pintura em látex = 3; Imóvel em alvenaria ou madeira, com acabamento cerâmico, laje em concreto		1	6



armado, telhado em telha cerâmica ou concreto, pintado ou parcialmente pintado = 4; Imóvel todo em alvenaria, com acabamento em piso cerâmico, laje em concreto armado, telhado em telha cerâmica ou concreto, pintura em látex = 5; Imóvel todo em alvenaria, com acabamento em porcelanato, laje em concreto armado, telhado em telha cerâmica ou concreto, pintura em látex = 6; Conservação 4 Imóvel avaliando com 1 4 problemas sérios (Reparos Graves) = 1; Imóvel avaliando com alguns problemas (Reparos Simples) = 2; Imóvel avaliando com algumas avarias (Regular) = 3; Imóvel avaliando em ótimo estado de conservação (Novo) = 4; 7 Localização 2 Quanto maior a atratividade do 1 local maior o valor; Valor Total 137.724,81 Área total do imóvel, em m²; 58.000,00 4.900.000,00

2. INTERVALOS DE VALORES PARA ESTIMATIVA

	Valor Mínimo	Valor Estimado	Valor Máximo	Desvio Mínimo	Desvio Máximo	Desvio Total
Confiança (80 %)	2.492,75	137.724,81	3.043,72	-9,50%	10,50%	20,00%
Predição (80%)	1.963,12	137.724,81	3.864,90	-28,73%	40,31%	69,04%
Campo de Arbítrio	2.341,32	137.724,81	3.167,67	-15,00%	15,00%	30,00%

3. INTERVALOS DE VALORES PARA DECISÃO

	Mínimo (R\$)	Estimativa (R\$)	Máximo (R\$)
Confiança (80 %)	124.637,59	137.724,81	152.186,20
Predição (80%)	98.155,86	137.724,81	193.244,93
Campo de Arbítrio	117.066,09	137.724,81	158.383,53

4. VALOR DE AVALIAÇÃO

R\$ 137.000,00 (cento e trinta e sete mil reais)





5. INTERVALO ADMISSÍVEL PARA MÉDIA DE MERCADO

Mínimo (R\$): 124.637,59 **Arbitrado (R\$): 137.000,00**Máximo (R\$): 152.186,20

6. CLASSIFICAÇÃO QUANTO A PRECISÃO

Amplitude do intervalo de confiança para 80% de confiabilidade: 20,00 % Classificação para a estimativa: Grau III de Precisão



Data de referência: 17/03/2023

Endereço: Rua A, Lote 11, nº 309, Residencial Santa Maria.

Município: Santo Antônio da Platina - PR.

1. ESCALAS ADOTADAS NA ESTIMATIVA

Característica		Justificativa para a Escala Adotada	Extp. (%)	Mínimo Amostra	Máximo Amostra
Área construída	50,00	Área total construída, em m²;		42,00	720,00
Área terreno	180,00	Área total do terreno, em m²;		70,00	2.645,00
Sanitários	1,0	Número total de Banheiros no imóvel; Quando imóvel contar com lavabo, banheiro de empregados, contar como 0,5;		1,0	7,0
Suites	0	Se o imóvel avaliando não dispõe de suíte = 0; Se o imóvel avaliando dispõe de suíte = 1;		0	1
Piscina	0	Imóvel não dispõe de piscina = 0; Imóvel dispõe de piscina = 1;		0	1
Garagem	0	Se o imóvel avaliando não dispõe de garagem coberta = 0; Se o imóvel avaliando dispõe de garagem coberta = 1;		0	1
Padrão Construtivo	4			1	6

Conservação

Localização

Valor Total



armado, telhado em telha cerâmica ou concreto, pintado ou parcialmente pintado = 4; Imóvel todo em alvenaria, com acabamento em piso cerâmico, laje em concreto armado, telhado em telha cerâmica ou concreto, pintura em látex = 5; Imóvel todo em alvenaria, com acabamento em porcelanato, laje em concreto armado, telhado em telha cerâmica ou concreto, pintura em látex = 6; 4 Imóvel avaliando com 1 4 problemas sérios (Reparos Graves) = 1; Imóvel avaliando com alguns problemas (Reparos Simples) = 2; Imóvel avaliando com algumas avarias (Regular) = 3; Imóvel avaliando em ótimo estado de conservação (Novo) = 4; 7 2 Quanto maior a atratividade do 1

58.000,00

2. INTERVALOS DE VALORES PARA ESTIMATIVA

	Valor Mínimo	Valor Estimado	Valor Máximo	Desvio Mínimo	Desvio Máximo	Desvio Total
Confiança (80 %)	2.492,75	137.724,81	3.043,72	-9,50%	10,50%	20,00%
Predição (80%)	1.963,12	137.724,81	3.864,90	-28,73%	40,31%	69,04%
Campo de Arbítrio	2.341,32	137.724,81	3.167,67	-15,00%	15,00%	30,00%

local maior o valor;

137.724,81 Área total do imóvel, em m²;

3. INTERVALOS DE VALORES PARA DECISÃO

	Mínimo (R\$)	Estimativa (R\$)	Máximo (R\$)
Confiança (80 %)	124.637,59	137.724,81	152.186,20
Predição (80%)	98.155,86	137.724,81	193.244,93
Campo de Arbítrio	117.066,09	137.724,81	158.383,53

4. VALOR DE AVALIAÇÃO

R\$ 137.000,00 (cento e trinta e sete mil reais)



4.900.000,00



5. INTERVALO ADMISSÍVEL PARA MÉDIA DE MERCADO

Mínimo (R\$): 124.637,59 **Arbitrado (R\$): 137.000,00**Máximo (R\$): 152.186,20

6. CLASSIFICAÇÃO QUANTO A PRECISÃO

Amplitude do intervalo de confiança para 80% de confiabilidade: 20,00 % Classificação para a estimativa: Grau III de Precisão



Data de referência: 17/03/2023

Endereço: Rua A, Lote 12, nº 317, Residencial Santa Maria.

Município: Santo Antônio da Platina - PR.

1. ESCALAS ADOTADAS NA ESTIMATIVA

Característica		Justificativa para a Escala Adotada	Extp. (%)	Mínimo Amostra	Máximo Amostra
Área construída	50,00	Área total construída, em m²;		42,00	720,00
Área terreno	180,00	Área total do terreno, em m²;		70,00	2.645,00
Sanitários	1,0	Número total de Banheiros no imóvel; Quando imóvel contar com lavabo, banheiro de empregados, contar como 0,5;		1,0	7,0
Suites	0	Se o imóvel avaliando não dispõe de suíte = 0; Se o imóvel avaliando dispõe de suíte = 1;		0	1
Piscina	0	Imóvel não dispõe de piscina = 0; Imóvel dispõe de piscina = 1;		0	1
Garagem	0	Se o imóvel avaliando não dispõe de garagem coberta = 0; Se o imóvel avaliando dispõe de garagem coberta = 1;		0	1
Padrão Construtivo	4	Imóvel em alvenaria ou madeira, sem acabamento, sem forro, telhado em fibrocimento ou cerâmica, sem pintura = 1; Imóvel em alvenaria ou madeira, com acabamento cerâmico, sem laje, sem forro, telhado em fibrocimento ou cerâmico, pintura desgastada = 2; Imóvel em alvenaria ou madeira, com acabamento em piso cerâmico, parte em laje ou forro de PVC /madeira, telhado em telha cerâmica ou concreto, pintura em látex = 3; Imóvel em alvenaria ou madeira, com acabamento cerâmico, laje em concreto		1	6



armado, telhado em telha cerâmica ou concreto, pintado ou parcialmente pintado = 4; Imóvel todo em alvenaria, com acabamento em piso cerâmico, laje em concreto armado, telhado em telha cerâmica ou concreto, pintura em látex = 5; Imóvel todo em alvenaria, com acabamento em porcelanato, laje em concreto armado, telhado em telha cerâmica ou concreto, pintura em látex = 6; Conservação 4 Imóvel avaliando com 1 4 problemas sérios (Reparos Graves) = 1; Imóvel avaliando com alguns problemas (Reparos Simples) = 2; Imóvel avaliando com algumas avarias (Regular) = 3; Imóvel avaliando em ótimo estado de conservação (Novo) = 4; 7 Localização 2 Quanto maior a atratividade do 1 local maior o valor; Valor Total 137.724,81 Área total do imóvel, em m²; 58.000,00 4.900.000,00

2. INTERVALOS DE VALORES PARA ESTIMATIVA

	Valor Mínimo	Valor Estimado	Valor Máximo	Desvio Mínimo	Desvio Máximo	Desvio Total
Confiança (80 %)	2.492,75	137.724,81	3.043,72	-9,50%	10,50%	20,00%
Predição (80%)	1.963,12	137.724,81	3.864,90	-28,73%	40,31%	69,04%
Campo de Arbítrio	2.341,32	137.724,81	3.167,67	-15,00%	15,00%	30,00%

3. INTERVALOS DE VALORES PARA DECISÃO

	Mínimo (R\$)	Estimativa (R\$)	Máximo (R\$)
Confiança (80 %)	124.637,59	137.724,81	152.186,20
Predição (80%)	98.155,86	137.724,81	193.244,93
Campo de Arbítrio	117.066,09	137.724,81	158.383,53

4. VALOR DE AVALIAÇÃO

R\$ 137.000,00 (cento e trinta e sete mil reais)





5. INTERVALO ADMISSÍVEL PARA MÉDIA DE MERCADO

Mínimo (R\$): 124.637,59 **Arbitrado (R\$): 137.000,00**Máximo (R\$): 152.186,20

6. CLASSIFICAÇÃO QUANTO A PRECISÃO

Amplitude do intervalo de confiança para 80% de confiabilidade: 20,00 % Classificação para a estimativa: Grau III de Precisão

7. ENCERRAMENTO.

Este signatário apresenta o presente trabalho concluído, segue devidamente datado e assinado, colocando-se a disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Santo Ant. da Platina - PR, 17 de Março de 2023.

Amon Teodoro de Almeida Eng. Civil CREA: 190213/D || A Manuella | Bare Documento Foi Assinado Em: 30/03/2023 11:24-03:00-03



Projeto de Lei nº 037, de 12 de maio de 2025.

"Dispõe sobre a concessão de direito real de uso de unidades habitacionais às famílias inseridas no programa de Aluguel Social, em virtude da Ação Civil Pública nº 4261-52.2019.8.16.0153, e dá outras providências".

A Câmara Municipal de Santo Antônio da Platina, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSICÕES GERAIS

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a conceder direito real de uso de imóveis de propriedade do Município de Santo Antônio da Platina às famílias inseridas no programa de Aluguel Social, em decorrência da Ação Civil Pública nº 4261-52.2019.8.16.0153, que determinou a retirada de suas residências situadas em áreas de risco no Município de Santo Antônio da Platina.

Art. 2º O processo de realocação e a entrega de unidades habitacionais adquiridas e construídas pelo Município, visando à substituição do benefício de Aluguel Social por moradias fica regulamentado nos termos desta lei.

CAPÍTULO II - DOS IMÓVEIS DISPONÍVEIS

- Art. 3º O número total de famílias a serem atendidas com as moradias é de 21, sendo que inicialmente será destinado um total de 14 unidades habitacionais, sendo 9 imóveis prontos e 5 em fase de construção.
- Art. 4º A escolha das 14 famílias, que serão contempladas inicialmente, será realizada respeitando-se os critérios de prioridade e sorteio, conforme estabelecido nos artigos subsequentes.

Parágrafo único. Os mesmos critérios serão utilizados para destinação das unidades habitacionais que futuramente vierem a ser disponibilizadas para concessão.

CAPÍTULO III - DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E PRIORIDADE

- Art. 5° As moradias serão concedidas exclusivamente às famílias que:
- I Estejam atualmente inseridas no programa de Aluguel Social do Município de Santo Antônio da Platina, em virtude de ordem judicial de desocupação de área de risco.
- II Atendam aos critérios de vulnerabilidade socioeconômica estabelecidos pelo Município.
 - III Não possuam outro imóvel em seu nome.
- Art. 6º Para o processo de concessão de direito real de uso das moradias será observada a seguinte ordem de prioridade:





- I Famílias com pessoas com deficiência.
- II Idosos (60 anos ou mais) como responsáveis pelo núcleo familiar.
- III Famílias com crianças ou adolescentes em situação de vulnerabilidade.
 - VI Mulheres chefes de família.
 - V Famílias com membros em tratamento de saúde contínuo e/ou grave.

CAPÍTULO IV - DO SORTEIO E PROCEDIMENTOS

- Art. 7º Considerando o número inicial de imóveis disponíveis (14 unidades) será realizado um sorteio público para definir as famílias a serem contempladas, garantindo a transparência e equidade no processo.
- Art. 8º O sorteio será realizado sob supervisão de representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social, da Procuradoria do Município e de membros da comunidade, observando as seguintes etapas:
- I Sorteio inicial para famílias que se enquadrem nos critérios de prioridade descritos no Art. 6°;
- II Sorteio subsequente para as demais famílias, respeitando-se o número de unidades disponíveis.
- Art. 9º As famílias não contempladas no sorteio inicial permanecerão no programa de Aluguel Social até que sejam finalizadas as unidades habitacionais restantes, sendo novamente incluídas em sorteio assim que os imóveis estiverem prontos para entrega.

CAPÍTULO V - DA LISTA DOS BENEFICIÁRIOS

Art. 10. São beneficiárias do programa de concessão de moradias as seguintes famílias:

- 1. Alessandro Pereira Pontes CPF: 004.679.519-77
- 2. Ariane Estanislau de Paiva CPF: 077.070.939-76
- 3. Ariele dos Santos CPF: 119.630.769-58
- 4. Carlos Justino CPF: 800.911.159-73
- 5. Celso Guilherme da Silva CPF: 881.886.989-20
- 6. Evelyn de Fátima Antônio CPF: 114.043.849-28
- 7. Gisele Pereira Alfredo CPF: 073.378.879-30
- 8. Jessica Fernanda dos Santos CPF: 092.114.609-48
- 9. Jose Alves CPF: 007.547.169-88
- 10. Jose Américo Saciloto CPF: 064.450.109-03
- 11. Juliano Aparecido da Rosa CPF: 050.539.099-03
- 12. Larissa Eva da Silva CPF: 101.254.249-14
- 13. Luís Fernando Garcia Alfredo CPF: 801.198.559-09
- 14. Maria de Lourdes Domingos CPF: 536.848.429-15
- 15. Marta do Carmo Alfredo CPF: 004.589.779-42
- 16. Matheus Henrique Martins CPF: 130.754.309-00
- 17. Regiane Domingos de Araújo CPF: 065.653.549-01
- 18. Rosana Aparecida Antônio CPF: 006.743.679-01

.....



- 19. Rosilene Ribeiro dos Santos CPF: 059.912.089-48
- 20. Suelen Lourenço CPF: 093.194.709-01
- 21. Terezinha de Fátima Antônio CPF: 011.250.479-50

CAPÍTULO VI - DA FORMALIZAÇÃO E DESTINAÇÃO DAS MORADIAS

- Art. 11. A concessão de direito real de uso das unidades habitacionais será formalizada por meio de Contrato de Concessão de Direito Real de Uso, a ser celebrado com supervisão da Procuradoria Jurídica Municipal.
- Art. 12. As unidades habitacionais concedidas são destinadas exclusivamente para uso residencial das famílias contempladas, sendo vedada a comercialização, aluguel ou cessão a terceiros.
- Art. 13. O descumprimento das condições estabelecidas nesta Lei implicará na revogação da concessão e retomada do imóvel pelo Município, o que deverá ser apurado em procedimento administrativo próprio, em que seja garantido o contraditório e a ampla defesa.

CAPÍTULO VII - DO PRAZO E CONVERSÃO DA CONCESSÃO

Art. 14. A concessão do direito real de uso terá prazo de 15 (quinze) anos, contados da data da assinatura do respectivo contrato.

Parágrafo único. Decorrido o prazo estipulado no caput deste artigo mediante requerimento do beneficiário a concessão será convertida em doação.

- Art. 15. Os custos decorrentes do registro da concessão de direito real de uso na matrícula dos imóveis serão suportados pelo Município de Santo Antônio da Platina, assim como os custos da doação.
- Art. 16. O direito real de uso concedido nos termos desta Lei poderá ser transferido aos herdeiros ou sucessores do concessionário em caso de falecimento deste, observadas as normas de sucessão legal e os critérios estabelecidos pelo Município.

Parágrafo único. A sub-rogação aos herdeiros ou sucessores dar-se-á nas mesmas condições originalmente pactuadas e sem interrupção do prazo de concessão.

Art. 17. Durante o período de concessão, o concessionário será responsável pelo pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e demais tributos incidentes sobre o imóvel, bem como pelas despesas de conservação e manutenção.

CAPÍTULO VIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- Art. 18. Esta Lei será regulamentada por meio de Decreto, referendado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, que definirá os procedimentos complementares para a execução do programa.
- Art. 19. Fica dispensada a licitação com fundamento no art. 76, I, "f" da Lei nº 14.133/2021.







Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PLATINA / ESTADO DO PARANÁ / PAÇO MUNICIPAL DR. ALÍCIO DIAS DOS REIS, aos 12 de maio de 2025.

GILSON DE JESUS ESTEVES Prefeito Municipal



JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº. 037/2025

ESTADO DO PARANÁ

Senhor Presidente, Senhores Vereadores e Senhoras Vereadoras.

Encaminho à apreciação desta Casa Legislativa o presente Projeto de Lei nº 037/2025 que Dispõe sobre a concessão de direito real de uso de unidades habitacionais às famílias inseridas no programa de Aluguel Social, em virtude da Ação Civil Pública nº 4261-52.2019.8.16.0153, e dá outras providências.

Verifica-se que a intenção é conceder o uso de imóvel público as famílias que estão em situação de vulnerabilidade social e estão recebendo aluguel social, em decorrência da Ação Civil Pública nº 4261-52.2019.8.16.0153, que determinou a retirada de suas residências situadas em áreas de risco no Município de Santo Antônio da Platina.

As moradias serão concedidas exclusivamente às famílias que estejam atualmente inseridas no programa de Aluguel Social do Município de Santo Antônio da Platina, em virtude de ordem judicial de desocupação de área de risco.

O número total de famílias a serem atendidas com as moradias é de 21, sendo que inicialmente será destinado um total de 14 unidades habitacionais, sendo 9 imóveis prontos e 5 em fase de construção.

A concessão do direito real de uso terá prazo de 15 (quinze) anos, contados da data da assinatura do respectivo contrato. Após o prazo estipulado, mediante requerimento do beneficiário a concessão será convertida em doação.

Em atenção aos Princípios Fundamentais consagrados no art. 2°, da Constituição Federal, dentre os quais se destaca a Independência desta Casa de Leis enquanto Poder Legislativo e do Poder Executivo, oportuno se faz e com a mesma importância destacar a Harmonia recíproca e histórica construída ao longo dos anos por estes dois Poderes, buscando sempre alcançar as melhores decisões para o Município de Santo Antônio da Platina, Estado do Paraná e a seus cidadãos, assim, apresenta-se à melhor análise dos Nobres Vereadores e das Nobres Vereadoras almejando anuência para aprovação do Projeto de Lei em destaque.

Por oportuno, aproveita-se para renovar votos de elevada estima e consideração a Vossa Excelência e Ilustres pares, reiterando-se disposição ao caminho do diálogo construtivo em prol dos interesses fim destes dois Poderes, ora, o interesse público.

Atenciosamente,

GILSON DE JESUS ESTEVES Prefeito Municipal







Of. nº 199/2025 Em 12 de maio de 2025.

Senhor Presidente,

Através do presente estamos encaminhando para apreciação da Câmara Municipal, o Projeto de Lei nº 037/2025, que versa sobre:

<u>P. L. nº 037/2025:</u> "Dispõe sobre a concessão de direito real de uso de unidades habitacionais às famílias inseridas no programa de Aluguel Social, em virtude da Ação Civil Pública nº 4261-52.2019.8.16.0153, e dá outras providências."

Contando com sua atenção, manifestamos nossos protestos de apreço e elevada consideração.

Atenciosamente,

GILSON DE JESUS ESTEVES Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor

<u>LUCIANO DE ALMEIDA MORAES</u>

Presidente da Câmara Municipal

Nesta